

Julho a Setembro de 1909

BOLETIM DA REAL ASSOCIAÇÃO

DOS

ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Academia Real de Bellas-Artes

A assembléa geral da Academia Real das Bellas Artes resolveu em julho proximo passado, dirigir ao Ministro do Reino uma representação sobre a necessidade urgente de tratar dos quadros em madeira expostos no Museu Nacional, e de ampliar o edificio, construindo salas adequadas para a melhor conservação dos ricos e raros objectos alli guardados. Essa representação, redigida pelos srs. academicos Ramalho Ortigão, Luciano Freire e D. José Pessanha, é do teor seguinte:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. presidente do conselho e ministro e secretario de estado dos negocios do reino.—Entre os valores que constituem o nosso ainda vasto patrimonio artistico, avultam, pelo numero e pela importancia, os quadros dos seculos XV e XVI.

Os criticos estrangeiros que, por iniciativa propria ou em missão dos governos, teem estudado essa obra verdadeiramente monumental, que representa, porventura, a maior riqueza artistica do nosso paiz, attribuem esses quadros, em parte, a artistas flamengos dos mais notaveis, como Memling, Van der Weyden, Quintino Matsys, Gerard David e outros; e, em parte, a pintores portuguezes na sua maioria discipulos de mestres flamengos, como aquelles cujos nomes um dos nossos criticos mais eruditos, o sr. Joaquim de Vasconcellos, encontrou nos registos da confraria de S. Lucas de Antuerpia.

Dos criticos d'arte e artistas estrangeiros, que, tendo recentemente visitado Portugal, reconheceram a indubitavel affirmação d'uma escola nacional de pintura nos antigos quadros que possuimos, seja-nos per-

mittido invocar os nomes de J. C. Robinson, A. de Ceuleneer, O. Crawford, Ch. Yriarte, Justi, Haupt, Kronig, E. Verlant, director das Bellas Artes na Belgica, Charles Holroyd, da Galeria Nacional de Londres, Bredius, director do Real Museu da Haya, M. Dieulafoy, o insigne archeologo do Instituto de França, e o pintor J. Sargent.

As obras que formam esse valiosissimo thesouro, ao qual em tanta maneira está ligada a historia do talento nacional, do genio esthetico da nossa raça, acham-se, em parte, incorporadas no Museu Nacional de Bellas Artes, e, em parte, dispersas, pelo paiz—no Porto, em Vizeu, em Coimbra, em Lamego, em Thomar, em Setubal, em Evora...

Nem uns nem os outros teem sido objecto da solitudine, dos cuidados, da hygiene especialissima, que os antigos quadros exigem, sobretudo os pintados em taboas, como aquelles de que se trata.

Aos expostos no Museu Nacional teem sido evidentemente prejudiciaes as sensiveis oscillações de temperatura que ali se fazem sentir, e, com particularidade, o excessivo calor dos mezes estivaes.

Não pôde, não deve, pelo character especial da sua missão, ser indifferente a estes factos a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, e por isso ella vem hoje, no cumprimento de inadiavel obrigação, expôr perante v. ex.^a, como chefe do governo e ministro do reino, e portanto, da instrucção publica e das bellas artes, o que se lhe afigura ser de absoluta e urgente necessidade empreehender, com respeito a essa tão valiosa parcella da nossa riqueza artistica, sob pena de deixarmos de cumprir, perante a civilização geral, um dever indeclinavel de solidariedade, e perante os nossos compatriotas, n'esta época de accentuada desnacionalisação, um alto dever de patriotismo.

Dos pareceres de technicos, incumbidos por esta Academia d'esse especial trabalho, e da discussão d'esses pareceres, em sessões das mais concorridas e interessantes que para estudo de assumptos de arte, se teem realisado em Portugal, resultou, seguro e nitido, o convencimento de que a acção d'esta Academia, em referencia aos quadros chamados «gothicos» existentes em Portugal, deve, particularmente, incidir sobre os seguintes pontos:

1.º Diminuição do excessivo calor que se faz sentir no andar nobre do Museu Nacional, por meio de fortes correntes de ar, estabelecidas nos sotãos pela acção de poderosas ventoinhas, movidas por corrente electrica da rêde geral;

2.º Complemento do edificio do Museu, de accordo com a repre-

sentação, ha pouco dirigida a v. ex.^a pela Academia e com os estudos a que o governo, mercê da solicitude de v. ex.^a, mandou já proceder, tomando-se, na construcção, as precauções necessarias para que, n'essa parte do palacio, a temperatura não soffra oscillações muito sensiveis e nunca possa attingir um grau muito elevado, e expondo-se n'essas novas salas os quadros dos seculos xv e xvi;

3.º Tratamento dos quadros—operação melindrosa que exige especialissima competencia e que deverá consistir, primeiro, em fixar a tinta que ameaça desprender-se, e depois, em impregnar a madeira de substancias que a tornem menos sensivel ás variantes de temperatura e, quanto possivel refractaria á acção, não menos destruidora dos insectos que a corroem; em proceder a lavagens que façam desaparecer não só a tinta applicada nos trechos repintados, como as successivas camadas de oleos, vernizes e pó, que cobrem os quadros, alterando-lhes profundamente o aspecto, desfigurando-os, por vezes, da maneira mais completa; e, finalmente, em cobrir de tons approximados os pontos em que a tinta haja caído, mas sem a pretensão, que, em geral, domina os restauradores, de occultar a ruina soffrida;

4.º Extensão d'este tratamento aos quadros flamengos e flamengoportuguezes, existentes no paiz e não incorporados no Museu Nacional;

5.º Reprodução, pela photographia, de todo esse grupo de quadros, no estado em que sejam encontrados, depois das primeiras lavagens a que sejam submettidos e após as diversas phases do tratamento;

6.º Inventariação, tanto quanto possivel completa, dos quadros de que se trata,—incluidos os que existam em galerias particulares;

7.º Realisação, em Lisboa, d'uma exposição, largamente annunciada nas mais importantes revistas de arte estrangeiras, dos quadros anteriores á influencia da renascença italiana existentes em Portugal, exposição que se complete por meio de photographias d'aquelles que seja impossivel ou perigoso deslocar;

8.º Publicação d'um catalogo descriptivo, illustrado com photographuras, das obras que figurem na exposição a que se refere o numero anterior;

9.º Compilação e traducção de todas as monographias e artigos consagrados a essa exposição pela critica estrangeira.

Cumpre advertir—ocioso é dizel-o a um tão esclarecido espirito

como o de v. ex.^a—que os preceitos a que nos referimos, para hygiene e therapeutica dos antigos paineis, nada teem de commum com o que vulgarmente se chama «restauração», palavra que na sua antiga acepção empirica, deveria expungir-se do vocabulario da arte. Alludimos simplesmente aos successivos processos de desinfecção e conservação das taboas e ao tratamento da pintura, segundo os methodos hoje adoptados em todos os grandes museus do mundo.

Para a realisação d'este plano, conta a Academia, incondicionalmente, com o desinteressado esforço dos artistas e escriptores d'arte que a compõem.

Não é, porém, sufficiente para que elle tenha, como é necessario, plena e integral-realisação, essa patriotica e generosa boa vontade. Ha despezas relativamente avultadas, que ella não poderá de modo nenhum dispensar. Entende, comtudo, a Academia que bastará, para que essa obra altamente civilisadora e educativa seja levada a cabo, para que esse tributo ha muito devido aos nossos gloriosos artistas de outr'ora seja, emfim, pago, para que, seguindo o exemplo da França, da Belgica, da Allemanha, da Hespanha, patenteemos á critica os numerosos e inestimaveis documentos, que ainda possuímos, da pintura flamenga, na sua expressão regional e na sua influencia, entende a Academia, dizemos, que bastará, para que tudo isto se realise, que, no orçamento da instrucção publica, seja inscripta, em cada um dos annos economicos de 1909-1910, 1910-1911 e 1911-1912, a modesta verba de 2:000\$000 réis.

Não hesitará o governo, estamos certos, em propol-a e não hesitará o parlamento em approval-a unanimemente.

Se a divulgação das manifestações de arte, quaesquer que ellas sejam, representa, nos tempos que vão correndo, um elemento insubstituivel de espiritualisação da vida, de solidariedade e de concordia, de pacificação e de consolo,—tornar conhecidos os quadros a que este documento se refere na sua grande maioria considerados portuguezes pelos criticos estrangeiros de mais incontestada e especial auctoridade, representa a mais eloquente e persuasiva lição de patriotismo, porque esses quadros, como o reconheceu o eminente professor allemão Carl Justi, synthetizam tudo quanto faz de nós uma nacionalidade:—a poesia da vida familiar, traduzida no realismo com que são tratados os assumptos religiosos; a expressão das physionomias, a graça e o donaire dos gestos e attitudes, a paisagem, a flora e a fauna, tão ricas no se-

culo XVI, mercê das contribuições com que os nossos audaciosos descobrimentos as desenvolveram, a architectura, o mobiliario, os trajos, as joias, as alfaias agricolas, os utensilios do lar. . .

Executar o plano que deixamos traçado é, portanto, realizar uma obra que a civilização e o patriotismo exigem de nós, e que não é licito adiar, sem desmerecermos, justificadamente, no conceito dos povos cultos.»

INVENTARIO DOS LIVROS DE NUMISMATICA

DA

BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA

(Continuação do tomo VII, pag. 186, d'este Boletim)

544. Catalogue of the greek coins of Caria, Cos, Rhodes, etc. By Barclay V. Head. London, 1897 in-8.º Com estampas. Offerta do British Museum.

545. Nachtraege und Berichtigungen zur Munzkunde der romischen Republik im anchluss an Babelon's Verzeichniss der Consularmunzen, von M. Bahrfeldt. Wien, 1897, in-8.º Com estampas.

546. Grsepsius (Stanislaus). De multiplici sielo et talento hebraico. Item. De mensuris hebraicis.

Antuerpia, Chr Plantinus, 1568, in-8.º. Está junto com: De Paradiso commentarius scriptus: á Mose Bar-Cepha Syro (1569). Este vol. pertenceu á Cartuxa d'Evora, doado por D. Theotónio de Bragança.

547. Collecção numismatica de Julio Meili. As medalhas referentes ao Imperio do Brazil (1822 até 1889).

Medalhas photog. por J. Brunner, Winterthur. 1890.

548. Collecção numismatica de Julio Meili. Moedas portuguezas. Variedades e alguns exemplares ineditos. 1890. Estampas.

549. Collecção numismatica de Julio Meili. As moedas do Imperio do Brazil. (1822 até 1889). 1890. Com estampas.

550. Numismatica da India portugueza. Estudos de José Maria do Carmo Nazareth com um catalogo das moedas portuguezas pertencentes ao seu monetario.

Nova Goa, Imp. Nacional, 1896, in-8.º

551. Catalogo da collecção de moedas e medalhas portuguezas e outras pertencentes a Eduardo Luiz Ferreira Carmo por P. A. D. Porto, Typ. Central, 1877, in-8.º

552. Catalogue des coins, poinçons et matrices de monnaies, médailles, jetons, sceaux, cachets et timbres. . . par Ch. Piot. 2.º edition. Bruxelles, Lesigne, 1880, in-8.º

553. Catalogue du dépôt des coins, poinçons et matrices de monnaies, médailles, jetons, sceaux, cachets et timbres appartenant à l'état. . . par Ch. Piot.

Bruxelles, Heussner, 1861, in-8.º

554. Erro y Azpiroz (D. Juan Bautista de). Alfabeto de la lengua primitiva de Espana, y explicacion de sus mas antiguos monumentos. Madrid, Imp. de Repullés, 1806, in-4.º Com estampas.

555. Sallet (Alfred von). Munzen und Medaillen.

Berlin, Spemann, 1898, in-8.º Trata de moedas gregas, romanas, da edade media, e modernas. Medalhas.

556. Carmo Nazareth (José Maria do). Numismatica da India portugueza. Estudos de J. M. do Carmo Nazareth, com um catalogo das moedas pertencentes ao seu monetario. 2.ª edição.

Nova Goa, Imp. Nacional, 1896, in-8.º

557. Congrès international de numismatique réuni à Paris en 1900.

Procés-verbaux et mémoires publiés par Castellane et A. Blanchet. Paris, 1900, in-8.º

A pag. 63. Les monnaies de la Lusitanie Portugaise, par J. Leite de Vasconcellos. Com muitas estampas, algumas dobraveis.

558. (¹) Memorial numismatico espanol.

Tomo iv, 1877-1879, e Tomo v, 1880, encad. em um só volume. Estudos sobre as moedas celtibericas por D. Jacobo Zobel de Zangroniz.

Madrid, 1878-1880, in-8.º

558. (²) Zangroniz (D. Jacobo Zobel de). Estudio historico de la moneda antigua espanola desde su origen hasta el imperio romano.

Madrid, 1878, in-8.º. Com estampas. Coll.

558. (³) Zangroniz (D. Jacobo Zobel de). Estudio historico de la moneda antigua espanola desde su origen hasta el imperio romano.

Madrid, 1880, in-8.º. Coll. Estampas e carta geographica.

559. Catalogue of the greek coins of Galatia, Cappadocia, and Syria, by Warwick Wroth.

London, 1899, in-8.º. Com um mappa e estampas. Offerta do British Museum.

560. Catalogue of the greek coins of Lycaonia, Isauria and Cilicia, by George Francis Hill.

London, 1900, in-8.º Mappa e estampas. Offerta do British Museum.

561. Médailles du régne de Louis xv.

Par G. R. Fleurimont.

In-fol.

Boas gravuras. Medalhas, vinhetas, tarjas muito variadas.

Ex-libris de D. José da Silva Pessanha. Encadernado em pergaminho branco, lavrado.

562. Identico ao n.º 552.

563. Campos (Manuel Joaquim de).

Numismatica Indo-Portuguesa. (Separata dos n.º 4 a 7 (18.ª serie) do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa).

Lisboa, Imp. Nacional, 1901, in-8.º

564. Blanchet (Adrien). Les Trésors de monnaies romaines et les invasions germaniques en Gaule. Paris, Leroux, 1900, in-8.º

565. Blanchet (Adrien). Les monnaies grecques.

Paris, Leroux, 1894, in-12.

566. Rollin Conquerque (L. M.) Fondation Pilaer. La monnaie du roi Antoine de Portugal à Gorinchem (Gorcum) (1583-1591).

Amsterdam, J. Muller, 1903, in-8.º Appendice. Pièces justificatives, e duas estampas.

567. Catalogo descriptivo das moedas portuguezas e outras que formam parte da collecção que foi organizada por José Lamas.

Lisboa, 1903, in-8.º Ex. off. pelo sr. Arthur Lamas.

568. Identico ao n.º 567.

569. Coins. Catalogue n.º 2. Roman, Indo-portuguese, and Ceylon. By Edgar Thurston.

Madras, 1888, in-8.º

570. Manuel des monnaies d'or et d'argent indiquant les effigies, le poids, le titre et la valeur.

Paris, Lefèvre, s. d. in-8.º

Em Portugal chega ás moedas de D. Maria II.

571. Monétaire universel ou Tableau général des monnaies d'or et d'argent et du pair commercial des principaux pays du monde. Par L. S. J. F. Mermond, de Lausanne. Paris, 1829.

Grande folha, dobravel, collada sobre panno, em caixa de cartão.

572. Foville (A de). La Monnaie, Économie sociale.

Paris, Lecoffre, 1907, in-12.

573. Manuels-Roret. Nouveau manuel complet de numismatique ancienne, par J. B. A. A. Barthélemy. Avec atlas.

Paris, 1866, in-12.

574. Manuels-Roret. Nouveau manuel complet de numismatique du moyen âge et moderne par J. B. A. A. Barthélemy. Avec atlas.

Paris, in-12.

575. Numismatique ancienne, par Barthélemy. Atlas, form. oblong.

576. Numismatique moderne. Atlas, form. oblong.

577. Numismatic (A) commentary on Pausanias. By F. Imhoof —Blumer and Percy Gardner.

Reprinted from the Journal of Hellenic Studies, 1885-1887.

Estampas; moedas gregas de Megarica, Corinthiaca, Laconica, Messeniaca, Eliaca, Achaica, Arcadica, Boeotica, Phocica, Attica.

London, 1887, in-8.º

578. Motta (João Xavier da). Moeda do Brazil, 1645-1888. Apon-tamentos e catalogo.

Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1889, in-8.º

Casas da moeda no Brazil. Circulação do ouro em barra. Moedas carimbadas.

579. Catalogue of the greek coins of Phrygia, by Barclay V. Head.

London, 1906, in-8.º Mappa e estampas. Offerta do Museu britan-nico.

580. Catalogue of the coins of Parthia, by Warwick Wroth.

London, 1903, in-8.º Mappa e estampas. Offerta do Museu bri-tannico.

581. Blanchet (Adrien) Traité des monnaies gauloises. 1.^{ère} par-tie.

Paris, Leroux, 1905, in-8.º

582. Blanchet (Adrien). *Traité des monnaies gauloises*. 2.^o partie.
Paris, Leroux, 1905, in-8.^o. Estampas.

583. Blanchet (J. Adrien) *Études de numismatique*. T. 1.
Paris, 1892, in-8.^o.

584. Blanchet (Adrien). *Etudes de numismatique*. T. 2.
Paris 1901, in-8.^o.

Estampas. Indice no fim do 2.^o volume.

Sellos de judeus na edade média, 1.^o 125. Le franc d'Antonio,
roi de Portugal, vol. 2.^o pag. 167. Portugal p. 27 do 1.^o vol.

585. Fondation Pilaer. *La monnaie du roi Antoine de Portugal
à Gorinchem (Goreum) (1583-1591)* par L. M. Rollain Conquerque.
Amsterdam, 1903, in-8.^o.

586. Codera y Zaidin (D. Francisco). *Tratado de numismatica ará-
biga-espanola*.
Madrid, 1879, in-8.^o. Estampas.

587. *Essai d'un répertoire idéologique de la numismatique belge
pour les années 1833 à 1900*. Par Jean Justice et Arnold R. Fayen.
Tournai, 1901, in-8.^o.

588. Piot (Ch.) *Catalogue des coins, poinçons et matrices de mon-
naies, etc.* 2.^o édition.

Bruxelles, 1880, in-8.^o.

589. *Annual report of the director of the Mint, for the fiscal
year ended June 30-1904*.

Washington, 1904, in-8.^o.

590. Reinach (Théodore) *L'Histoire par les Monnaies. Essais de
numismatique ancienne*.

Paris, 1902, in-8.^o. Com estampas.

591 ⁴). *Catalogo di monete dé Cavalieri di Malta*.

Roma, 1880, folha in-8.^o. Coll.

591 ²). Catalogue de monnaies et médailles de l'Angleterre, etc., en vente chez Schulman. (Pays-Bas). Amersfoort, 1888, in-8.° Coll.

591 ³). Catalogue des monnaies obsidionales et de nécessité. Bruxelles, 1868, folh. in-8.° Coll.

591 ⁴). Catalog von Kunst und Portrait-Medaillen, Plaquettes, etc. Frankfurt am Main, 1881, folh. in-8.° Coll.

591 ⁵). Chautard (J.) Notice sur Claude de Lorraine dit le Chevalier d'Aumale à propos d'un jeton. Bruxelles, 1872, in-8.° Coll.

591 ⁶). Numismatique lorraine. Monnaies de Ferri IV de Lorraine restituées à Ferri III. par F. Mazerolle. Bruxelles, 1888, in-8.° Coll.

591 ⁷). La médaille de la Garde bourgeoise de Bruxelles en 1815. Bruxelles, 1869, in-8.° Coll. Estampa colorida.

591 ⁸). Recherches de numismatique navale par M. A. Guichon de Grandpont. Brest, 1874, in-8.° Coll.

591 ⁹). Chalon (R.). La plaque des représentants. Extrait de la Revue de la Numismatique Belge, 5 série. T. III. Gravura colorida. Coll.

591 ¹⁰). Chalon (R.). Don Juan Perés, (separata). in-8.° Coll. Gravura.

591 ¹¹). Chalon (R.). Valeur intrinsèque du florin de Brabant depuis le milieu du 15.° siècle jusqu'en 1794. Bruxelles, 1871, in-8.° Coll.

591 ¹²). Curiosités numismatiques. Médailles et monnaies rares et inédites. Par R. Chalon.

Bruxelles, in-8.º Com estampa. (Moeda de D. Antonio ou *teston* de Gorcum).

591 ¹³). Thellier (E.). Quelques pièces rares ou inédites recueillies sur les quais, á Paris.

Bruxelles, in-8.º Coll.

591 ¹⁴). Mazerolle (F.). Gros tournois et deniers parisis frappés au XVI siècle.

Paris, 1888, in-8.º Coll.

591 ¹⁵). Mazerolle (F.). Jetons rares ou inédits. Jeton gravé par P. Germain.

591 ¹⁶). Lambros (P.). Monete inedite dei Gran Maestri dell'ordine di S. Giovanni di Gerusalemme in Rodi.

Venezia, 1865, in-8.º Coll. Com grav.

Ex. off. a Teixeira de Aragão por Sabatier. Com supplemento.

591 ¹⁷). Apuntes sobre las monedas del cura Morelos (general de la revolucion de Mejico), por Lyman Haynes Low, traducido del inglés por Alejandro Rosa. (Buenos Aires, 1893, in-8.º Coll. Ex. off. a Teixeira de Aragão por A. Rosa).

591 ¹⁸). Medallas del almirante Vernon. Por Alejandro Rosa.

Buenos Aires, 1893, in-8.º Coll. Ex. off. a Teixeira de Aragão por A. Rosa.

592 ¹). Collection Joaquim José Judice dos Santos. Première partie. Monnaies et médailles de Portugal. Monnaies coloniales, du Brésil, des Indes Portugaises, etc. Vente J. Schulman.

Amsterdam, 1906, in-8.º Coll.

592 ²). Collection J. J. Judice dos Santos, seconde partie. Monnaies antiques de l'Espagne, celtibériennes et latines. Monnaies romaines, wisigothes, arabo-espagnoles. Jetons.

Amsterdam, 1906, in-8.º Coll.

592 ³). Collection J. J. Judice dos Santos. Troisième partie. Médailles grecques, romaines et byzantines. Monnaies portugaises, etc. Amsterdam, 1906, in-8.° Coll.

593. Merlin (Alfred). Les revers monétaires de l'empereur Nerva. Paris, Fontemoing, 1906, in-8.°

594. Meili (Julius). Das Brasilianische Geldwesen, 1 Theil. Die Munzen der Colonie Brasilien, 1645-1822. Zurich, 1897, in-4.° Com muitas estampas.

595. Meili (Julius). Numismatische Sammlung. Die Munzen der Colonie Brasilien, 1654 bis 1822. Zurich, 1895, in-4.°

596. Meili (Julius). Das Brasilianische Geldwesen, 1 Theil. Die Munzen der Colonie Brasilien, 1645 bis 1822. Zurich, 1897, in-4.°

597 e 598. Königliche Museen zu Berlin. Katalog der Orientalischen Munzen. 1 Band. Die Munzen der Ostlichen Chalifen. 2 Band. Die Munzen der Muslimischen Dynastieen Spaniens und des Westlichen Nordafrika.

Berlin, Spemann, 1898-1902. 2 vols. in-4.°

599. La Tour (Henri de). Catalogue des jetons de la Bibliothèque Nationale. Rois et reines de France.

Paris, Rollin, 1897, in-8.°

600 ¹). Lamas (Arthur). Uma medalha portuguesa inedita.

Lisboa, Imp. Nacional, 1905, in-8.° Coll. (É a medalha de D. Carlota Joaquina).

600 ²). Lamas (Arthur). Medalhas de salvação portuguesas.

Lisboa, Imp. Nacional, 1905, in-8.° Coll.

600 ³). Lamas (Arthur). Medalhas de D. Miguel.

Lisboa, Imp. Nacional, 1906, in-8.° Coll.

600 ⁴). Lamas (Arthur). Medalhas da guerra da successão de Hespanha referentes a Portugal.

Lisboa, Imp. Nacional, 1906, in-8.º Coll.

600 ⁵). Lamas (Arthur). Medalhas dedicadas á infanta D. Catharina de Bragança, rainha de Inglaterra.

Lisboa, Imp. Nacional, 1906, in-8.º Coll.

600 ⁶). Lamas (Arthur). Medalha de D. Carlos I, commemorativa da aclamação para galardoar serviçaes.

Lisboa, Imp. Nacional, 1907, in-8.º Coll.

600 ⁷). Lamas (Arthur). Julius Meili. Noticia necrologica.

Lisboa, Imp. Nacional, 1907, in-8.º Coll.

600 ⁸). Lamas (Arthur). Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo.

Lisboa, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, 1907, in-8.º Coll.

600 ⁹). Lamas (Arthur). Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia portuguesa.

Lisboa, Imp. Nacional, 1907, in-8.º Coll.

600 ¹⁰). Lamas (Arthur). Medalha commemorativa do casamento de D. João VI.

Lisboa, Imp. Nacional, 1908, in-8.º Coll.

600 ¹¹). Lamas (Arthur). Uma medalha de Fr. D. Antonio Manoel de Vilhena, grão-mestre português da Ordem de S. João de Jerusalem inedita no livro de Furse.

Lisboa, Imp. Nacional, 1908, in-8.º Coll.

600 ¹²). Portugal no Cabinet des Médailles de Paris.

Lisboa, Imp. Nacional, 1909, in-8.º Coll.

601 ¹). Leite de Vasconcellos (J). Numismatica nacional. Lição inaugural do curso de Numismatica da Bibliotheca Nacional de Lisboa no anno-lectivo de 1888-1889.

Lisboa, Typ. do jornal—O Dia,—1888, in-8.º Coll.

601 ²). Leite de Vasconcellos (J). Elencho das lições de numismatica dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa. 1.ª parte do curso. (1888-1889).

Lisboa, Typ. do jornal—O Dia,—1889, in-8.º Coll.

601 ³). Leite de Vasconcellos (J). Elencho das lições de numismatica dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa. (1895-1896).

Lisboa, Imp. Nacional, 1896, in-8.º Coll.

601 ⁴). Leite de Vasconcellos (J). Gabinete numismatico da Bibliotheca Nacional de Lisboa (Notas e documentos). I. Moedas de ouro da epocha germanica.

Coimbra, Imp. da Universidade, 1902, in-8.º Coll.

601 ⁵). Leite de Vasconcellos (J). Aquisições do Museu Ethnologico Português.

Lisboa, Imp. Nacional, 1907, in-8.º Coll.

601 ⁶). Ferreira Braga. Numismatica portuguesa. O ceitel de cobre.

Lisboa, Imp. Nacional, 1903, in-8.º Coll.

601 ⁷). Ferreira Braga. Numismatica portuguesa. O Real preto.

Lisboa, Imp. Nacional, 1907, in-8.º Coll.

601 ⁸). Campos (Manoel Joaquim de). Medalha commemorativa do Congresso de Numismatica (1900).

Lisboa, Imp. Nacional, 1904, in-8.º Coll.

601 ⁹). Campos (Manoel Joaquim de). Estudos de numismatica colonial Portuguesa.

Lisboa, Imp. Nacional, 1902, in-8.º Coll.

601 ¹⁰). Rollin Cúquerque (L. M.). La monnaie du Roi Antoine de Portugal a Gorinchem (Gorcum) 1583-1591. s. d. in-8.º

601 ¹¹). Livros sobre numismática pertencentes á livraria do fallecido Dr. Teixeira d'Aragão. Leilão no Antigo Bazar Catholico.

Lisboa, 1904, in-8.º Coll.

601 ¹²). Mendes dos Remedios. Moedas romanas da Bibliotheca da Universidade de Coimbra. (Ensaio de catalogo).

Coimbra, Imp. da Universidade, 1905, in-8.º Coll.

601 ¹³). Catalogo das moedas portuguezas, medalhas e moedas romanas do medalheiro de Abilio Augusto Martins.

Coimbra, Im. da Universidade, 1887, in-8.º Coll.

601 ¹⁴). Medalhas do museu municipal do Porto. Medalhas e condecorações portuguezas e algumas estrangeiras referentes a Portugal, que possui o Museu Municipal do Porto por Manoel Joaquim Pereira.

Porto, 1898, in-8.º Coll.

601 ¹⁵). Catalogo de uma importante collecção de moedas indoportuguezas, organizada por um amator em diversas localidades da India Portugueza.

Lisboa, 1904, in-8.º Coll.

601 ¹⁶). Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, de moedas brazileiras, medalhas, contos para contar, pesos e senhas portuguezas.

Lisboa, 1904. in-8.º Coll.

601 ¹⁷). Lamina que representa la medalla acuñada con motivo de los augustos desposorios de. . . Infantes de Espana Dona Carlota y Don Gabriel y los infantes de Portugal Don Juan y Dona Mariana Victoria celebrados en 1785.

Em espanhol e francez. 4 pag. in-4.º Fac-simile. Coll.

602 a 612. Borghesi (Bartolomeo). Oeuvres complètes de Bartolomeo Borghesi publiées par les ordres et aux frais de S. M. l'empereur Napoléon III. T. I. Oeuvres numismatiques Tome premier.

Paris, Imp. Impériale, 1862, in-4.º Retrato gravado. Duas cartas

mss. de Borghesi ao professor Ernesto Desjardins. *Ex-libris Fructus et de Hortis.*

603. Oeuvres numismatiques. T. II. 1864.
604. » épigraphiques. T. I. 1864.
605. » » T. II. 1865.
606. » » T. III. 1869.
607. Lettres. T. I. 1868.
608. » T. II. 1870 (1.^a edição).
609. » T. II. 1872 (2.^a edição).
610. Lettres. T. III. 1872. Retrato de B. Borghesi, segundo o busto executado em Roma por M. Wolf.
611. Nouveaux fragments des fastes consulaires. I partie. 1879.
612. Les préfets du prétoire. 1897. É o decimo volume das Obras completas.

GABRIEL PEREIRA.



CRUZEIROS NOTAVEIS

(Continuado do Tomo XI, n.º 8)

LXI

Cruzeiro de Castello Branco

Apesar de não vir descripto na «*Monographia de Castello Branco*» do sr. Antonio Roxo, o cruzeiro de que damos estampa, reproduzida d'uma photographia, é um dos curiosos monumentos d'aquella cidade. É conhecido pelo nome de cruzeiro de S. João, certamente por estar situado no largo fronteiro á ermida do mesmo santo. É formado por uma columna torcida, sobre a qual assenta a imagem de Christo. A fórma da columna parece indicar ser obra do seculo XVII.

LXII

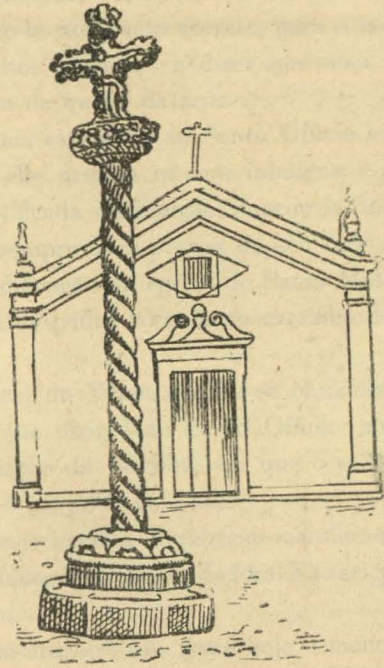
Cruzeiro da Covilhã

D'uns papeis existentes na Torre do Tombo e que fazem parte do archivo do Santo Officio, se colhe noticia d'um cruzeiro que no seculo XVIII se levantava no terreiro do convento de S. Francisco da villa da Covilhã, hoje cidade. Não tinha valor artistico e era simplesmente um d'aquelles numerosos testemunhos da criminalidade e do sentimento religioso de tempos idos.

Mandara-o erigir, ahí pelos annos de 1710, um Antonio Coelho Ferreira a quem, naquelle sitio, mataram traçoceiramente um filho, segundo resava o letreiro que era d'esta fórma:

«Padre N. e Avè Maria pela alma de Luiz Tavares Coelho, que aqui mataram seus inimigós á traição».

Esta cruz era uma accusação e denuncia permanentes e devia ser causa de rancores por parte dos assassinos, que não gostariam de ver o seu crime exposto á vindicta popular. O symbolo da mansidão



Cruzeiro de Castello Branco

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL., T. XI, N.º 11—PAG. 738

e da paz convertera-se numa causa de rixas incessantes. Na noite de 25 para 26 d'abril de 1715 a cruz appareceu partida e pretenderam attribuir o maleficio ao bacharel Antonio Rebello Castello Branco, que no mesmo mez e anno acabára de servir de juiz de fóra na sobredita villa. O exercicio do cargo creára-lhe inimidades e muitos dos seus contrarios se combinaram, fazendo até pacto secreto, para o incriminarem naquelle escandaloso feito, chegando a dizer que uma ferida que tinha no braço lhe resultára da queda da cruz.

Antonio Rebello dirigiu uma exposição ao Santo Officio em que declarava a trama que contra elle urdiam os seus inimigos, e se defendia de tão injuriosa e injustificada attribuição, impropria dos seus actos e do seu character, pois sempre déra provas do seu fervor religioso, como o attestavam a reedificação da egreja de Santa Maria e o levantamento de uma via-sacra de pedra lavrada no caminho de Luis Antonio.

Antonio Rebello era natural de Vizeu e dizia-se christão velho dos quatro costados. A carta que dirigiu ao Santo Officio, acompanhada de outras de alguns amigos da Covilhã, em que o preveniam do caso, é datada de Lisboa a 8 de julho de 1715.

Tanto o desembargo do paço como a Inquisição mandaram tirar devassas, que parece foram desfavoraveis ao juiz de fóra. Não sei, porém, se este chegou a ser processado.

É de crer que do alludido cruzeiro não reste hoje o menor vestigio na Covilhã.

Dos documentos alludidos transcreverei apenas tres, por me parecerem os mais interessantes: a carta do juiz de fóra e as de dois amigos, que o preveniam do caso. São paginas para a historia intima da Covilhã e nellas se reflectem as intrigas e malquerenças que lavravam entre bastantes pessoas d'aquella localidade.

«Meu Primo e senhor. Na noite de 25 para 26 de Abril no terreiro do Convento de São Francisco desta villa fizerão em pedaços hũa Crux de pedra que haverá 4. ou 5. annos tinha mandado por Antonio Coelho Ferreira no tal lugar, onde lhe matarão hum filho huns Mossos desta mesma Villa e tinha a dita Crux que era groça e alta, no pee hum letreiro: P.º N. e Ave Maria pela Alma de Luis Tavares Coelho, que aqui matarão seus inimigos a treição; e ja haverá anno, ou o que for se achou a dita Crux em dous pedaços, porem sen-

touce a quebraria o vento, porque então o fes grande, mas agora nenhum fes na tal occazião, e porisso todos sentão se fes de prepozito mas não se sabe quem. Deuce parte logo ao Senhor Bispo que manda tirar ao Doutor Vigario geral hũa devassa, e eu noticio a V. m. este cazo para que parecendo lhe o fassa presente a esses senhores para ordenarem o que lhes parecer e na occazião en que o vento fez o pee da dita Crux em dous logo se mandou concertar com betuma e ficou de tal sorte segura que agora não se quebrou por tal lugar. Espero noticias de V. M.^{ca} e occasionis en que lhe obedesa. Deos guarde a V. M. Covilhãa 8 de Mayo de 715. P. A. e C. de V. m. *Francisco da Sylva Manuel.*

«III.^{mos} Snr.^{es}—Prostrado aos pes de V. S.^{as}. o Bacharel Antonio Rebello Castel branco lhes fás presente, que acabando no mes de Abril de Juiz de fora da villa da Covilham por fazer independente á sua obrigação algúns emulos quizerão culpalo na rezidencia, como foram Luiz de Pina; Gergorio Tavares e seus irmãos; Phellippe Caldeira o moço; Domingos da Crux Bocão, Sylvestre Monteiro, Joseph Homem, Luiz de Lemos, o P.^o Christovão Correia, e o Cappitam maior da mesma villa e como não poderão consegulo fiserão finta entre si para as Despesas do dito Luiz de Pina, que mandarão a esta corte a capitular o supplicante que comtudo não tem conseguido, mas como a malicia é tam poderosa no seculo presente, soccedendo hora quebrar-se hũa crux naquella villa, que estava no terreiro de São Francisco, e a tinha mandado levantar Antonio Coelho por lhe matarem ahi hum filho com seo letreiro, que fora a Treição e mandando se tomar conhecimento deste caso avisão ao suplicante pela carta inclusa de 26. do passado que escrevera o dito Luiz de Pina tinha ja falado ao Senhor Cardeal para conhecerse do caso da crux, e pelos outros que elles fazião nova finta para reforçar a capitulação contra o supplicante, e que la se ratificavão novamente na conjuração fazendo escrito de se não descobrirem huns aos outros quando o negocio tomasse maiores alturas; e assim conjurados para facilitarem as testemunhas intrarão a dizer, que o supplicante fugira para Castella, quando está actualmente nesta corte com os seos requerimentos; e logo começarão a lançar fama que fora o supplicante quem quebrara a Crux, e o escreverão a todas as partes onde tinhão conhecimento, e pelos luguares publicos andavão introduzindo o mesmo dizendo que havia aquela fama, sem

ella ter outro algum principio, mais que a vos dos ditos conjurados; os quaes davão tambem por rezão, como recontão as cartas juntas, que hũa queixa, que o supplicante teve no braço fora com o enfado de quebrar a Crux quando foi por cahir com elle o seo cavallo sahindo da Covilhã a hũa jornada, no fundo da calçada junto ao Beribao, acompanhado de seo criado Francisco, filho de Manuel Fernandes Mao da propria villa e do escrivão Manuel da Costa; o que succedeo de tarde, e vio muita gente, e logo se recolheo a casa o supplicante e mandou buscar o Cirurgião Francisco Nunes, que na mesma hora o veio ver e curar. E porque o supplicante he natural da Cidade de Viseo, muito cristão velho sem rumor, ou fama em contrario, e foi sempre muito venerador da honra de Deos, e Culto Divino de forma que arruinando-se naquella villa o templo de S.^{ta} Maria cuidou o supplicante vigilantissimo em reedifical-o como o fes com esmolas que anda procurando pelas portas, e applicação do dinheiro de humas festas em que tinha a sua parte, de que resultou ficarem muitos seos queixosos. Fes levantar hũa via sacra de pedra lavrada no caminho de Luis Antonio por estarem amanhecendo feitos pedaços as Cruzes, que ahi havia de pao. He tam inclinado a Igreja que quantas imuni-dades ahi fes sempre julgou a seo favor seguindo aquella opinião, que a favorecia, como foi em hũa na sua misericordia com o Reverendo assipreste Josephe Barata; outra em Santa Maria com o que de presente serve; outra em o Fundão com o Reverendo Prior Paulino Pinto, e ahi mesmo emparou, e dispos o negocio de continuarse a obra da Igreja principal. E he notorio a V. S.^{rias} neste santo Tribunal o zelo catholico do supplicante quando fes presente o que soccedeo nas prizoos do Fundão de Pedro filho de Pedro Lopes, e outros que V. S.^{rias} lhe fizerão muito agradecer por carta recomendandolhe as noticias do que mais ouvera.

O que tudo fas sem duvida desvanecer aquelas imposturas com que seos inimigos querem criminar ao supplicante que exercitandose na expressada attenção não fica crível a injuriosa fama quando maiormente ao supplicante lhe não importava couza algũa estivesse ali aquela cruz com tal letreiro; antes Migel Pereira Pay do matador requireo a elle supplicante no juizo da alçada, e aos mais ministros lho mandassem tirar; e sempre disserão mal delle seos parentes, e apaixonados Gergorio Tavares e seos irmaos que são agora dos conjurados, os quaes pertenderão culpar ao supplicante na devassa que tambem deste caso tirou o vigario geral daquele Bispado, mas como alcançou conhe-

cimento da conjuração os apertou nas circumstancias, e não lograrão o empenho. O supplicante se acha no maior sentimento com semelhantes noticias, e conhece que vale pouco a innocencia, quando a maldade se conjura, e falta a informação no juizo para averiguar a arte em termos á verdade.

Prostrado o supplicante outra e muitas vezes aos pés de V. S.^{as} em tam santo Tribunal pede justiça, e que se mandou logo examinar o negocio, por ministros da supposição e letras, que aos primeiros passos conhecera sem duvida a malicia para ser castigada, e ao delinquente nos aggressores de tal maldade; que espera o supplicante constantissimamente na bondade do altissimo não resulte contra elle o menor indício e se averigue evidentemente a conjuração e se offerece o supplicante e sujeita nesta corte onde se acha as ordens e disposição de V. S.^{rias} para toda e qualquer deligencia necessaria ao expediente deste negocio. E. R. M.

Á margem: Offerecida em Meza pelo mesmo Juiz de fóra em 8 de Julho de 1715.— *Castello branco.*

«Meu compadre e senhor. Só tenho tempo para dizer a V. M. que remeti esta charta pello correio de Castello Branco para que V. M. tenha antecipada noticia de que o Doutor Manuel Alvarez Madeira remeteu pelo correio de 27 do presente Junho a devaça que tirou por hordem do Dezembargo do Paço da quebra da Cruz, na qual sem temor de Deos, procurou expressamente por V. M. a todos os seus inimigos e conjurados que foram testemunhas da dita devaça em que não admitio a Joseph de Figueiredo Frazão e outros por dizer este que ó testemunho, que a V. M. se levanta tivera principio na publicação que delle fez Domingos da Cruz Bocão em casa e em presença do dito Joseph de Figueiredo e finalmente V. M. clame no Dezembargo do Paço, por ministro que conheça deste caso, como tambem no Tribunal do Santo Officio por cuja ordem esteve devaçando do Prior da Magdalena, escrevendo o Padre Francisco Delgado inimigo de V. M. cuja devaça, se prezume vay no mesmo correyo, ou pera o futuro e attenda V. M. que as mesmas Testemunhas que forão a hũa, forão tambem a outra, e que Sylvestre Monteiro e os Tavares achando-se freiriando em S. Vicente da Beyra, desculparão que V. M. fora o agreçor daquelle delicto, e o mesmo fazem por charta, a toda a parte ahonde escrevem, como a Penamacor honde se lhe conheceu a indus-

tria com que se empregão em espalhar esta noticia e tambem me segura Manuel da Sylva Fragoso que os conjurados que forão testemunhas fizeram hum escrito de mutua obrigação e ajuramentados de se não descobrirem huns a outros, cazo que o negocio tomasse mayor altura. V. M. se não esqueça das pessoas que vio quando lhe cahio o cavallo na calçada da ponte, porque tem jurado que a molestia que V. M. teve no braço, foy procedido de quebrar a Cruz, e não da queda do cavallo; veja V. M. se pode dar mayor desespero a Deos, como tambem anda publicado o dito Bocão, Christovão Correa, Luiz de Lemos estas formais palavras: que tambem se diz que eu acompanhava V. M. Veja como se ha de restituir testemunho tão execrando; mas espero na misericordia de Deos e na sua igualdade, que se faça publico a verdade deste successo. E que o seja tambem o castigo de tão schandalozas culpas, com hũ Rayo dos montes que com as trevoadas que experimentamos no tempo prezente tem cahido junto desta terra, cujo dezejo se deve ter, não em quanto damno da creatura temporal, e mesmo spiritual, mas em parte castigo de culpas tão dignos d'elle, por serem contra a formal honrra de Deos, sem aparente utilidade que se costuma seguir da cegueira de outras culppas.

Tenha V. M. firmissima esperança em que ha de favorecer a sua innocencia e pera tudo o que eu prestar me tem V. M. com prompta vontade a sua obediencia. Vay charta de Manuel da Sylva Fragoso, que suppunha dira a V. M. o referido em melhor clareza. Estando fazendo esta me chega a de V. M. de 15 do corrente e admiro muito que V. M. estando nessa corte não tivesse noticia das ordens que vierão para devaçar o Juiz dos orphãos mas sem duvida por estar innocente não fasia caso dessa noticia, inda que a tivesse. Deos Guarde, a V. M. como muito lhe pesso e o livre de seus inimigos. Da Covilhã. Junho 29 de 1715 — Compadre e Amigo de V. M. *Joseph Vaaz.*»

Torre do Tombo, Santo Officio, Caderno do Promotor de Lisboa em 1715, fl. 35.

SOUSA VITERBO.

O THEATRO DO BAIRRO ALTO ⁽¹⁾

(Pateo do Conde de Soure)

(Continuado do n.º antecedente)

IV

Indaguemos agora qual foi a vida do theatro desde 1761 até 1770, anno em que findam as contas.

1761-1762.—Começára o theatro a funcionar com os *bonecos*, como já fica dito, oito dias antes do carnaval de 1761; duraram as representações só oito dias; o theatro fechou, e tornou a abrir na Paschoa, e funcionou até ao carnaval de 1762, por conta dos *bonecos* e do Varella, e teve a casa de lucro em todo o anno 745\$645 réis, incluído 68\$800 réis que pagou o botequim a 800 réis por noite.

Do *Appenso* consta que, neste anno, o theatro esteve fechado dois mezes, por causa do abalo de terra, que houve em março, que fez *outra vez ausentar o povo para fóra da terra*.

1762-1763.—Foi arrendado o theatro a um mr. Antonio, mestre de dança, que dava espectaculos de opera e baile, a cujo respeito nenhuma noticia contém o *Appenso*: principiaram as representações em maio de 1762, e duraram até ao carnaval de 1763. O empresario pagava 12\$000 réis por noite; deu 94 representações, que renderam á casa 1:128\$000 réis, dos quaes embolsou metade o Varella, pelo *recheio*, vistas, vestuario, etc., que elle comprára aos empresarios dos bonecos; era, ou não esperto, este Varella? O botequineiro, neste anno pagou 1\$200 réis por noite, e isto rendeu 112\$800 réis á casa.

Nas contas encontra-se a nota, que em muitas noites deixou de haver representações, e o empresario teve grande perda, por estar muita gente fóra, por causa da guerra com Hespanha.

1763-1764.—Neste anno, a epocha theatral começou na Paschoa de 1763, e acabou no carnaval de 1764: os donos do thatro escripturaram a companhia de mr. Antonio, e pagavam todas as noites aos comicos e bailarinos; não ha nenhuma noticia especial sobre os espe-

(1) Transcripto do *Jornal do Commercio* de Lisboa, n.ºs 5752 e seguintes do anno de 1873.

ctaculos. A empresa foi rendosa, porque deu de lucro 1:050\$600 réis, afóra 163\$200 réis do botequim a 1\$200 réis por noite.

Neste anno Barros e Francisco Luiz adquiriram tambem o direito ao *recheio* do theatro, que foi avaliado em 1:100\$000 réis, quantia que entrou em despeza, para ser contada a todos os tres socios.

Por um resumo das contas d'estes tres annos vê-se que o lucro effectivo, no fim delles, foi de 21\$198 réis, ficando pago o theatro, e o seu *recheio*.

1764-1765.—Neste anno os donos do theatro fizeram sociedade com Agostinho da Silva, emperezario da rua dos Condes, e as companhias dos dois theatros representaram alternadamente em ambos elles. Os donos do theatro tiveram de lucros nesta negociação, 1:227\$938 réis. A dupla empresa durou desde 22 de abril de 1764 até ao carnaval de 1765. Falleceram no entretanto Agostinho da Silva, e o socio do Bairro Alto, João da Silva Barros, entrando no lugar d'elle Bruno José do Valle, por ter casado com uma filha do dito Barros, como fica já dito em outro lugar. Bruno José do Valle era pintor. Foi neste anno, que se accrescentou a *casa da opera*.

Das contas deduzimos que os espectaculos constavam de comedias portuguezas e danças, e parece-nos perceber que os bailarinos italianos tambem representaram algumas comedias na sua lingua.

Nos roes das despezas vemos mencionadas as seguintes comedias, representadas neste anno:

A Creada Astuciosa—O Medico Hollandez—Codro—O Lavrador honrado—Amor da patria—A Dalmatica.

Estas são as comedias mencionadas em especial, que muitas outras se representariam nas 136 recitas que houve.

A relação dos que ficaram devendo camarotes e bilhetes é curiosa; os devedores são quasi todos fidalgos. De um devedor diz a conta: —«perdida porque por muitas vezes foi o Theodoro a receber, e lhe *quizeram dar!*»

Era um grande fidalgo, e a conta não passava de 30\$000 réis. Outro negou a divida, dizendo que se não lembrava.

1765-1766.—Nos primeiros tres mezes deste anno, desde a paschoa de 1765 até 8 de junho, os espectaculos foram de comedias portuguezas e danças. Deram-se 29 representações, e os socios tiveram 2:860\$700 réis de perda.

Neste mesmo anno, começaram as representações de operas ita-

lianas, em 5 de julho de 1765, e acabaram em egual dia de 1766, e no mesmo tempo funcionava a companhia portugueza.

Os donos do theatro fizeram sociedade com Mathias Ferreira da Silva, homem de negocio, e Antonio José Gomes; estes eram interessados em metade nos lucros e perdas, e os donos do theatro na outra metade; vindo o Varella a ter só á sua parte metade, e os outros quatro cada um, um quarto; e além disto a casa recebia em cada noite 8\$000 réis que revertiam para os donos della. Fizeram-se 135 récitas de operas e comedias portuguezas, incluindo seis comedias italianas pelos bailarinos.

A parte que coube aos donos da casa na receita geral, com a proveniente dos 8\$000 réis de cada noite, foi de 9:403\$666 réis, e a despeza foi de 12:326\$866 réis, vindo a ser a perda do total, abrangendo todas as despesas, 2:923\$200 réis.

Nos roes dos devedores de camarotes achamos notado o maestro David Peres, por não se lhe terem contado os camarotes que levou, por *dar as operas e vir ensaiar algumas*.

Na verba respectiva á renda do botequim, que era então de réis 1\$600 por noite, vemos que em seis noites nada pagou, por serem essas representações na quaresma, e *em dias de jejum*. É pois evidente que em dias de jejum mais rigoroso, o botequim do theatro estava fechado. Que santa gente!

Nenhuma indicação achamos ácerca dos artistas que estiveram escripturados e das operas que se executaram.

Pelos librettos que temos podido ver deste tempo, e das operas executadas no theatro do Bairro Alto, conclue-se que se cantaram as operas *Didone*, *Zenobia* e *Semiramide riconosciuta*, todas de David Peres, e que foram executadas pelos seguintes artistas,—damas, Angela Saltori, Magdalena Pagnoni Berardi e Cecilia Rosa de Aguiar;—cantores, Antonio Mazziotti, Caetano Quilici, José Giustinelli e Leopoldo Micheli.

Estes tres librettos são de 1765; de 1766 encontramos apenas um: *L'amore artegiano*, musica de Caetano Latilla, executada por Angela Sartori, Veroniça Gherardi e Cecilia Rosa d'Aguiar, e por Gio Giustinelli, G. Quilici, João Gerardi e Leopoldo Micheli.

Cecilia Rosa d'Aguiar era actriz portugueza, e contava então 19 annos de idade. Mais adiante nos occuparemos d'esta notavel artista.

1766-1767.—Neste anno os comicos arrendaram o theatro, e de-

ram representações, por sua conta, desde julho de 1766 até ao carnaval de 1767, e pagavam 8\$000 réis por noite, á casa, e além d'isso esta tinha uma certa parte nos lucros e nas perdas, e tinha mais o direito a todo o vestuario e scenario novos que se fizessem.

Foram 104 as representações, que deixaram de lucro aos donos da casa, 1:211\$000 réis, além do botequim, que rendeu 127\$200 réis.

Neste anno o socio Francisco Luiz vendeu a sua parte na sociedade a Mathias Ferreira da Silva, pela quantia de 1:200\$000 réis.

No anno seguinte são mais amplas as noticias: ahi trava-se conhecimento com os comicos portuguezes; e ahi começará o seguinte capitulo.

V

1767-1768—Nas contas deste anno encontram-se noticias muito mais compendiosas para a historia deste theatro: vem a relação dos artistas escripturados, com os preços dos seus ajustes, e de todo o mais pessoal: vem contas mensaes especificadas de todas as despezas, em que pôdem colher-se algumas indicações curiosas, e varios factos, que têm certa importancia para a historia do theatro nacional.

Começou a época theatral a 19 de abril, domingo de Paschoa, de 1767, e acabou no dia de entrudo de 1768, fizeram-se 150 recitas de comedias e danças, e os proprietarios do theatro tiveram a receita geral de 17:110\$590 réis, e a despeza de 16:629\$914 réis, sendo o saldo a seu favor de 480\$676 réis.

No rol das despezas do primeiro mez, vemos lançada a quantia de 47\$500 réis, pelo gasto que João Gomes Varella fez na *jornada ao Porto, quando o general o chamou para tomar o theatro d'aquella cidade, por conta da sociedade*. Não encontramos nenhuma outra indicação a este respeito, de sorte que ignoramos se Varella com effeito tomou a empreza do theatro do Porto, ou não se ajustou com o general; nas contas nada mais se diz.

Vamos agora a ver os artistas escripturados, bem como o auctor e traductor das comedias, e demais pessoal do theatro; as escripturas foram por dez mezes:

Cecilia Rosa e sua irmã, ajustadas, com casas pagas, por.	708\$000
Maria Joaquina e seu pae.....	500\$000
José Felix.....	288\$000
Rodrigo Cesar.....	220\$000

Pedro Antonio e sua mulher, com obrigação de representarem e dançarem.....	500\$000
Antonio Jorge.....	220\$000
João de Sousa.....	220\$000
José da Cunha.....	220\$000
Silvestre Vicente.....	220\$000
João de Almeida.....	180\$000
Antonio José de Paula, e casas pagas.....	100\$000
João Florencio.....	110\$000
Lourenço Antonio Bixo.....	110\$000
Thereza.....	120\$000
<i>Nicolau Luiz</i> , ajustado para dar as comedias.....	200\$000
Manuel José Neves, <i>para ensaiar</i> e apontar.....	80\$000
Theodoro Clemente, escripturario.....	100\$000

Mais adiante encontramos mencionado José Caetano, contra-regra, e *para ensaiar algumas comedias*, o qual ganhava 3\$200 réis por mez; e ainda havia um ajudante do contra-regra, que vencia apenas 1\$200 réis por mez!

Segue agora a relação dos bailarinos, e seus vencimentos:

Mestre Orlandi, casa e decima pagas.....	576\$000
Pepa Olivares, casas preparadas e pagas.....	520\$000
Nery, casas preparadas e pagas.....	480\$000
Berardi.....	600\$000
Nunziati (bailarina) casas preparadas e pagas.....	800\$000
Luiz Grassi, só com uma cama.....	400\$000
Veronica, pequena, casas pagas, e metade da decima.....	277\$000
Centrucci.....	400\$000

Nas relações vem mencionados os alfaiates, os cabelleiros, porteiros, arrumadores, etc. O alfaiate do thatro ganhava 7\$200 réis por mez; havia um, só para vestir a Cecilia, e ganhava 2\$400 réis. O cabelleiro vencia 2\$880 réis mensaes.

A orchestra compunha-se de quatorze musicos, sendo sete rebecas, dois oboés, duas trompas, um fagote, um violoncello, e um contrabaixo; este numero variava ás vezes. Os rebecas venciam 1\$600 réis, 1\$200 réis, e 900 réis por noite.

O vencimento da Cecilia decompunha-se assim: ella, 56\$400 réis, e sua irmã Luiza 14\$400 réis, que então contava quatorze annos de idade.

Os traductores, ou auctores das comedias, venciam nas noites, em que ellas se representavam, 2\$000 réis, preço invariavel.

Encontram-se differentes verbas de despeza por musica para arias e duettos; verbas que não exceedem a 2\$400 por uma aria ou duetto; não se póde perceber bem se essas verbas se referem á copia da música, ou ao que se pagava ao auctor que as compunha, pôsto que tambem se encontram verbas especiaes pela copia.

As despezas com o fornecimento das mobílias para as casas dos bailarinos e bailarinas eram consideraveis, e abrangiam todo, absolutamente todo o recheio de uma casa, desde os moveis de luxo, como mesas douradas, até as mechas e fuzil e pedreneira para accender o lume, incluindo camas e roupas para as pessoas das familias dos artistas.

Os artistas principaes tinham direito a sege para os ensaios e recitas.

A empreza pagava 296\$400 réis annuaes de renda de casas á Cecilia e aos bailarinos; as de maior renda eram as da Cecilia, que importavam em 60\$000 réis, por anno.

Ve-se pelas contas que, em certas comedias, entravam rapazes e raparigas, e ganhavam 600 e 800 réis por noite.

Com a illuminação que, já se sabe, era de cera, sebo e azeite, despendia o theatro 4\$800 réis por noite.

As comedias que achamos mencionadas nas actas são as seguintes:—*O sangue e a vida*—*Scipião*—*o Mentiroso*—*Dominé Lucas*—*Scapim*—*o Raio da Andaluza*—*Proteo*—*a Vida e sonho*—*Apelles e Campaspe*—*Aspasia*—*o Sabio*—*o Desdem*—*o Amor da Patria*—*Amor á moda*—*o Doente imaginario*—1.^a e 2.^a parte do *Magico de Salerno*—*Alecrim e Mangerona*.

Nas contas diz-se que se fizeram trinta comedias; mas só as que relacionamos acima vêm mencionadas.

Em artigo especial trataremos dos comicos mais notaveis e de Nicolau Luiz; agora advertiremos que como traductores ou auctores vemos referido Manuel José, que nos parece ser o Manuel José das Neves, ensaiador e ponto, a quem se attribue em especial *o Mentiroso* e *o Desdem*, e mais alguma de que não ha o titulo. Tambem se attribue a *Pedro* mais de uma comedia, sem dizer os seus titulos; este Pedro cremos que era Pedro Antonio, actor e dançarino, conhecido pelo nome de *Pedrinho*, que é considerado auctor de algumas comedias, como se vê no *Diccionario* do sr. Innocencio.

Consta que el-rei D. José foi ao theatro uma vez durante esta epocha, no mez de setembro.

Cumpre advertir que os titulos das comedias mencionadas acima acham-se muitas vezes desfigurados; e só por indução se pôdem colligir, e a maior parte não se encontra na relação das *comedias de cordel*, que o erudito sr. Innocencio Francisco da Silva juntou ao artigo de Nicolau Luiz; ha algumas que pôdem ter titulo mais ou menos ampliado, ou diverso:—o *Mentiroso*, será o *Mentiroso por teima*;—o *Sabio*, será o *Sabio cidadão*, ou o *Sabio no seu retiro*:—o *Desdem* será *Desdem contra Desdem*?—A mesma duvida poderá acontecer com outras.

1768-1769.—Deste anno não ha conta alguma, nem o minimo esclarecimento; consta apenas que Varella e Bruno José do Valle arrendaram o theatro a Mathias Ferreira da Silva, recebendo este rs. 430\$000, e sendo todos os lucros e todas as despezas por sua conta.

Neste anno houve opera italiana, mas não achamos nenhuma noticia e esse respeito.

1769-1770.—Começou a epocha theatral em 26 de março de 1769, e acabou no dia de entrudo de 1770. Foi a receita geral da sociedade 15:978\$000 réis e a despeza 19:009\$758 réis, havendo por tanto um deficit de 3:031\$758 réis, além de 2:375\$345 réis, despezas feitas por Bruno José do Valle numa viagem a Italia para escripturar bailarinos e instrumentistas, tendo-se demorado desde outubro de 1768 até maio de 1769.

As contas d'este anno estão singularmente confusas, e por ellas não pôde apreciar-se bem o movimento do theatro.

Houve 164 recitas de comedias portuguezas, bailes e volantins; o rei assistiu a um espectáculo destas ultimas.

Encontra-se nas contas deste uma indicação muito curiosa, e é a seguinte:—«*neste anno se ajustaram os comicos com mais commodo por assim o ordenar o presidente do senado*». Vê-se, pois, que os artistas não eram senhores do seu trabalho; o presidente do senado regulava-o, quasi taxando-o, para se escripturarem por menores vencimentos.

Os artistas escripturados foram os seguintes:

Cecilia Rosa e sua irmã Luiza, casas pagas.....	700\$000
Pedro Antonio e sua mulher.....	450\$000
Silvestre Vicente e sua filha.....	350\$000
João de Sousa.....	180\$000

José da Cunha	170\$000
Antonio Jorge.....	170\$000
Rodrigo Cesar.....	170\$000
João de Almeida.....	130\$000
Antonio José de Paula, casas pagas e.....	80\$000
Lourenço Antonio Bicho.....	80\$000
Antonio Manuel.....	110\$000
José Florencio.....	80\$000
Nicolau Luiz, com obrigação de dar algumas comedias entre novas e velhas.....	70\$400
Theodoro Clemente.....	88\$000
Manuel José das Neves, ensaiador e ponto.....	80\$000

Parece-nos inutil mencionar os bailarinos que foram os mesmos; neste anno veio um bailarino novo com sua irmã, do apellido de Sabatini; ainda ganhavam 96\$000 réis por mez e casas preparadas e pagas; além disso Sabatini recebia 57\$600 réis por cada baile que punha em scena.

No que respeita aos comicos, houve algumas alterações durante a epocha theatral. No mez de julho figura na lista dos comicos, Bernarda Maria, com 30\$000 réis mensaes, e d'ahi em diante até ao fim da epocha. No mez de dezembro (já o 9.º da epocha theatral) apparece tambem referida na lista dos comicos Joanna Ignacia, com réis 24\$000 mensaes. No mez de agosto, Cecilia Rosa, apenas tem marcado o vencimento mensal de 36\$365 réis, e deixa desde então de figurar sua irmã Luiza Rosa; parece que o vencimento desta seria então de 27\$270 réis, porque sendo o de ambas reunidas 63\$636, deduzido o vencimento da Luiza, fica a somma que dissemos. Ora, a razão por que Luiza Rosa desaparece da lista dos comicos é porque a 28 de julho desse mesmo anno de 1769 casou com Francisco Xavier Todi, que era rebequista no theatro do Bairro Alto. Luiza Rosa não figurou mais nesta epocha theatral, posto que depois a encontramos, em 1771 já com o nome de Luiza Todi, que havia de tornar-se tão celebre, em alguns librettos de operas cantadas no theatro do Bairro Alto.

Pudemos apurar os titulos das seguintes comedias representadas neste anno—o *Hypondriaco*—o *Tambor nocturno*—as *Inconstancias da fortuna*—o *Criado de dois amos*—a *Escola das mulheres*—Zara (*Zaira?*) *Escola de casados*—a *Beata falsa*—a *Herdeira venturosa*—o *Avarento*—a *Peruviana*—a *Doente fingida*—*Alzira*—*Serva brilhante*

—a *Constante Climene*—o *Doente imaginativo*—2.^a parte do *D. João de Spinola*—*Demetrio na Russia*.

Os titulos destas comedias vem relacionados á parte, e declara-se que essas foram as *comedias novas* que se representavam, além das velhas repetidas. O *Demetrio na Russia* não se representou mais do que uma vez, porque foi prohibido pela auctoridade; ignoramos os motivos.

Além das acima referidas nas contas, achamos que se representaram mais as seguintes comedias:—*Alexandre na India*—*Constancia da Fortuna*, (de Nicolau Luiz, que por ella recebeu 2\$000 réis, em mais de uma noite)—*Licore*—*Bella Selvagem*—*Ipermnestra*—*Oluila*—o *Conde Alarcos*—a *Esposa peruana* (será a *Esposa Persiana?*)—o *Principe tonto*.

Encontramos além disso mais as seguintes referencias:—comedias de Manuel José, sem indicar os titulos,—a comedia do *Governo*, que não podemos decifrar o que seja:—a comedia *Amorosa*, que tambem não adivinhamos qual possa ser

1770—15 de abril a 30 de junho.—Como se vê foram apenas dois mezes e meio de espectaculos, e findos elles, no 1.^o de julho arrendaram o theatro a dois socios Bruno José do Valle e Mathias Ferreira da Silva, sendo dahi em diante Varella estranhio a especulação theatral.

A despeza foi, neste tempo, de 3:908\$397 réis, e a receita geral de 2:947\$830 réis, sendo a perda de 960\$567 réis.

As recitas foram trinta e quatro.

Encontra-se a curiosa verba do que se recebeu de *um apaixonado do theatro para a empresa*, 16\$000 réis!

Os espectaculos foram tambem de comedia portugueza e baile.

Os artistas escripturados são os mesmos, com excepção da Cecilia Rosa, que não figura; mas a Maria Joaquina torna a apparecer; os vencimentos são para alguns superiores aos das escripturas mencionadas na epocha de 1769-1770. O nome de Nicolau Luiz não se acha incluido na lista dos escripturados.

As comedias, cujos titulos andam nas contas, são as seguintes:—a *Filha Obediente* (de Nicolau Luiz, que recebeu de direitos de auctor ou traductor, 2\$000 réis)—a *Livornesa* (attribue-se a um José da Cunha, que recebeu os direitos de auctor, ou traductor)—*Tartufo*.

É a primeira vez que se faz menção nestas contas, que temos

examinado, da famosa comedia de Molière; mas não foi de certo a primeira vez que appareceu na scena; como é sabido, acompanham a versão do capitão Manuel de Sousa os nomes dos artistas que desempenharam os differentes papeis que são estes:

Andreza, mãe de Ambrosio—Francisco Xavier

Ambrosio, marido de Jacinta—Silvestre Vicente

Jacinta, mulher de Ambrosio—Cecilia Rosa

Florindo, filho de Ambrosio—Antonio Manuel

Lauriana, filha de Ambrosio—Maria Joaquina

Valerio, amante de Lauriana—Antonio José de Paula

Alexandre, cunhado de Ambrosio—José Felix.

Tartufo, jesuita hypocrita—Pedro Antonio

Faustina, criada de Ambrosio—Luiza Rosa

Um escrivão,—José da Cunha

Um ministro,—João de Sousa.

Ora, nesta occasião nem Cecilia Rosa, nem Luiza Rosa pertenciam ao theatro, e a data da versão é de 1768.

O papel da velha Andreza foi representado por um homem, e recebeu 1\$200 réis por noite.

Tambem não temos encontrado nenhuma referencia á comedia o *Peão fidalgo*, de Molière, que tambem o capitão Manuel de Sousa traduziu e anda impressa, com a data de 1769, e indicação de ter sido representada no theatro do Bairro Alto.

Achamos mais nota das seguintes comedias representadas:—*A Viuva sagaz*—*Amos feitos criados*—*a Virtude sempre triumpho*—*o Villão enfatuado* (attribuidas a Antonio de Paula, talvez o actor Antonio José de Paula)—*Cid*—*Andromeda*—*Farnaxes*.

É singular a seguinte verba:—«Por copias e partes da comedia «intitulada o *Molière*, 2\$400 réis,» D'aqui deduz-se que se representou uma comedia com o titulo de *Molière*, e de que o celebre poeta comico devia ser o protagonista. Nenhuma noticia temos della.

Outra verba curiosa:—«Pelo que renderam as mascaras de vestir «a todos, que se alugaram pelo S. João, para as funcções da terra» —Seria para cavalhadas, talvez.

O ponto do theatro era Simão Caetano Nunes, e ganhava 1\$600 réis por dia.

Diz Cyrillo Volkmar Machado, nas suas *Memorias*, que Simão Caetano dirigiu os machinismos do *Magico de Salerno* e do *D. João*

de *Spinola*, e outras magicas. Diz mais Cyrillo, que Simão Caetano dos theatros nunca tirou maiores lucros que os que dava aos seus ajudantes: isto não é exacto; porque elle vencia 1\$600 réis diarios, e os seus ajudantes a 1\$200, 800 e 600 réis. Estas contas especificadas dos pintores, apenas se encontram nos dois ultimos mezes; nos annos anteriores vem os roes dos pintores em globo, por isso não podemos indical-os.

Em uma conta de seges paga por Varella, vemos que a Maria Joaquina, nos ultimos dois mezes, dava lições de musica, e o mestre um certo Perele ou Pereli.

Por uma conta corrente, desde 1766 até junho de 1770, se conhece que o lucro da sociedade, nesses quatro annos e meio, foi de 2:207\$789 réis.

Ha uma curiosa relação geral dos que ficaram devendo á empreza camarotes e logares de platéa; são quasi todos fidalgos, e ha dividas superiores a 200\$000 réis; um dos devedores até conseguiu dar o rendimento de umas casas para pagamento da sua divida excedente áquella quantia.

No fim do rol das contas dos devedores, diz Varella que vão incluidos nelle os dias em que el-rei foi ao theatro, e *sendo o mesmo senhor servido ordenar que á dita empreza se dê alguma quantia, se fará a repartição do mesmo modo, que vão as mais parcellas neste mappa*; isto quer dizer, primeiro que, com effeito a importancia de cada divida é logo dividida, e segundo que el-rei não pagára os camarotes, ou quem sabe se os pagou e o dinheiro não chegou á empreza.

Em 1770 (julho) Varella separa-se da empreza, e então começa a opera italiana; mas as contas acabam naquelle anno, e d'ahi para deante não temos mais noticias deste theatro.



A VILLA DE ANCIÃES (1)

No cume de uma alta serra, na provincia de Traz-os-montes, districto administrativo de Bragança, está sentada a villa de Anciães. Dista uns vinte kilometros, para o lado de oeste, da villa de Moncorvo, cabeça de comarca. No tempo em que D. Henrique de Borgonha alargava, com a sua espada victoriosa, as fronteiras do condado de Portugal, que o animo esforçado de seu filho transformou em reino, foi construido, segundo a melhor opinião, o castello de Anciães. Como sempre succedia nessas eras de guerra sem tregoas, em breve foram aninhar-se á sombra das muralhas da fortaleza algumas pobres choupanas de camponezes. Os perigos que ameaçavam de continuo os indefezos moradores dos valles fizeram crescer rapidamente aquelle nucleo de povoação, de modo que o fundador da monarchia a julgou digna de foral de villa, que lhe concedeu com muitos privilegios e isenções. Não sabemos com certeza a epocha em que lhe foi dado por brazão de armas um castello em escudo de prata com esta letra em torno: «Anciães leal no reino de Portugal.» Presumimos que recebeu esta mercê de el-rei D. Fernando I, em galardão do valor e firmeza com que os seus habitantes defenderam o castello em varios assaltos que lhe deram os castelhanos, na lucta porfiada e desastrosa em que este monarcha andou empenhado com D. Henrique II de Castella. Por este tempo foi a villa cercada de muralhas, o que ainda concorreu para o seu engrandecimento, pois que uma tal condição de segurança não podia deixar de attrahir-lhe novos moradores.

Consolidada a independencia de Portugal e firmado o throno de el-rei D. João I, pela batalha de Aljubarrota; asseguradas no reino a paz e a ordem pela energia e vigor do governo deste soberano, e começada uma nova epocha de prosperidade, graças aos descobrimentos e empresas cavalleirosas dos portuguezes, acabou a principal e pôde dizer-se unica condição da importancia de Anciães. Desassombrados do receio de guerras, os habitantes foram abandonando, pouco a pouco, a sua villa, tão inhospita pelo desabrido da situação, e tão incommoda pela falta de agua e pela ingreme subida da montanha em que está edificada. No meio do seculo XVI ainda alli viviam muitas familias

(1) Transcripto do *Commercio do Porto* de 1872.

nobres. Pelas razões apontadas todas se retiraram para diversas localidades em procura de mais conveniente habitação.

As vicissitudes da fortuna fazem-se sentir, com igual inconstancia e rigor, tanto nos homens como nas povoações e nos monumentos. Quem visitar presentemente esta povoação vê-a reduzida a uma pobre aldeia, embora decorada com o titulo de villa. Comtudo Anciães ainda apresenta ao viajante varios padrões, que attestam a sua antiguidade, nobreza e importancia d'outr'ora. Consistem esses padrões na sua cêrca de muros; no castello da idade média, de que lhe provém a sua origem, a sua gloria e o seu brazão; e na igreja parochial de S. Salvador, monumento de muita antiguidade. O castello fica sobranceiro á povoação e acha-se em estado de muita ruina. Tem de circumferencia 282 metros. As suas muralhas, flanqueadas de varias torres ameiadas, tem de espessura quasi 3 metros e tinham grande elevação. O correr dos seculos derrocou algumas torres; outras estão ainda de pé, mais ou menos açoutadas pelo embate das tempestades. A torre de *menagem*, denominada do *Sol*, contava mais de 15 metros de altura: hoje está reduzida a metade dessa elevação. Dão entrada para o castello uma porta e um postigo. Abre-se a porta entre duas torres que a defendiam. Proximo della, da parte de fóra, encontra-se uma pedra com varios caracteres gravados inteiramente desconhecidos. Na primeira linha tem sómente dous e na segunda sete, todos differentes, mas dispostos como letras em nma inscripção. A julgar pelo feitio de taes caracteres, poderá dizer-se que representam simplesmente signaes particulares, usados pelos architectos e canteiros na idade média, e posteriormente até fins do seculo XVI, como indicativo das suas obras ou da associação maçonica a que pertenciam.

O sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, architecto da casa real, fundador e presidente da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, publicou, não ha muito tempo, uma mui curiosa memoria, em que trata d'aquelle uso, e acompanhada de estampas com grande numero dos referidos signaes, cópia dos que achou em numerosas igrejas e castellos do nosso paiz, em uma viagem que fez para essas investigações archeologicas. Os signaes que se vêem nas estampas desta memoria são muito semelhantes aos que estão gravados na pedra junto da porta do castello de Anciães. Aceitando-se esta conjectura, como explicação do enigma, bem se deve suppor que a dita pedra fez parte de alguma das torres derrocadas do castello. Datam de mui re-

mota origem as associações dos architectos, canteiros e pedreiros, denominadas de *francs-maçons*, pedreiros livres. Porém só no seculo xv receberam uma organização regular e devidamente auctorizada. No anno de 1459 reuniram-se na cidade de Ratisbona os architectos da Allemanha e da Suissa, e depois de fazerem uns estatutos, por onde se regulasse a sua associação, accordaram em reconhecer por chefe nato o architecto da cathedral de Strasburgo. Esta nova dignidade conferia ao dito chefe uma especie de magistratura, que foi confirmada por diversos imperadores, nomeadamente por Maximiliano I em 1490. Os architectos inglezes, francezes, castelhanos, portuguezes, gregos e até arabes constituíram-se tambem em associações de *francs-maçons*, admittindo nellas os canteiros. Tanto uns como outros costumavam gravar em algumas pedras dos edificios que construíam signaes symbolicos do seu nome e da associação ou loja a que pertenciam. Portanto cremos que são deste genero os caracteres desconhecidos que se vêem na pedra junto ao castello de Anciães.

A cêrca de muros da villa, ao presente muito arruinada, tem de circumferencia 627 metros. Abrem-se nella as portas da Villa de S. Francisco, da Fonte e de S. João, e o postigo da Igreja. A povoação está encostada ao castello do lado de léste e junto da porta da fortaleza ergue-se a igreja parochial de S. Salvador, unica freguezia que ha dentro dos muros. Ignora-se a data da fundação deste templo, mas a sua muita antiguidade revela-se bem claramente na architectura de algumas das suas partes. O edificio teve uma grande reedificação, porém sobre esta mesma parte mais nova pesam já tres seculos. Serve esta circumstancia para se ajuizar da vetustez da parte mais antiga do templo. A porta principal é ornada, em volta do arco, formado de columnas delgadas, com muitas figuras, silyas e arabescos. O resto do frontespicio é despido de ornamentos e a mesma singeleza se observa no interior da igreja. Todavia, se nada aqui se encontra digno de menção pelo que respeita ás artes, alguma cousa se acha que attrahirá a atenção do archeologo e lhe excite em alto grau a curiosidade. São quatro inscripções: a primeira gravada em uma columna da porta principal da igreja; as tres restantes, entrando nesta pela mesma porta, estão esculpidas na parede, do lado esquerdo. A que se vê na columna deve ser de difficilima interpretação, porque, sendo composta de 49 lettras e signaes de convenção particular, dispostos regularmente em oito linhas, não será facil juntar lettras que façam sentido ou formem

abreviaturas que se decifrem sem muito estudo. As outras tres inscrições pertencem, inquestionavelmente, ao mesmo genero da que está gravada na pedra junto á entrada do castello. São signaes ou divisas, certamente, do architecto e canteiros que trabalharam nas obras da igreja. No adro da igreja estão muitas campas com epitaphios de lettra muito antiga e algumas com insignias de ordens militares. É isto mais uma razão em abono da grande ancianidade do templo, porque a pratica de se dar sepultura aos finados da parte de fóra das igrejas, por mais elevada que tivesse sido a sua posição social, ascende ao principio da monarchia. Nesse tempo a todos era defezo o enterramento dentro das igrejas.

A villa de Anciães apenas conta 53 fogos, com 217 habitantes, e nem todos de muros a dentro.

O rio Douro passa a distancia de uns 6 kilometros. Tambem correm proximos da villa, deixando-a no centro, os rios Sabor e Tua. Nas cercanias de Anciães ha lugares memoraveis por tradições historicas e por explorações mineralogicas. Em um valle pouco distante, onde chamam o Ribeiro da Osseira, pelejou-se uma mui ferida batalha, segundo refere a tradição popular, por occasião de um dos cêrcos que os castelhanos puzeram á villa de Anciães no seculo XIV, e tão grande matança fizeram os nossos no inimigo, capitaneados por uns fidalgos de appellido Sampaio, que das muitas ossadas de que veio a ficar coberto o terreno tomou o nome o ribeiro. Nas faldas do monte Reboroza, que é um dos outeiros da serra em que está edificada a villa, e não muito longe della, existem minas de estanho, e tambem as ha nos lugares de Luzellos e de Marzagão, as quaes estiveram em lavra, por conta do Estado, no comêço do reinado de el-rei D. João v. Pararam os trabalhos de exploração, quando se descobriram as mais ricas minas de ouro e brilhantes do Brazil. No tempo em que se exploraram as minas de estanho de Reboroza encontraram-se, por vezes, em diversos sitios do mesmo monte, palhetas de ouro. Anciães foi berço de varias pessoas illustres. Mencionaremos, entre outras, D. Manuel de Souza, arcebispo primaz de Gôa, e Lopo Vaz de Sampaio, oitavo governador da India.

I. DE VILHENA BARBOSA.

CIDADE DE PENAFIEL ⁽¹⁾

I

No principio do seculo VIII foi a Hespanha invadida pelos sarracenos, que na batalha do Guadalete, na Andaluzia, venceram e desbaratarem completamente o exercito de el-rei D. Rodrigo, destruindo com um só golpe a monarchia visigothica, que contava mais de 380 annos de existencia. O principe D. Pelayo, com as reliquias do exercito vencido, refugiou-se nas montanhas das Asturias, onde ao diante foi aclamado rei. No meio daquellas fragas inhospitas, que a natureza fizera castello inacessivel, formou-se em breve uma nação de guerreiros, que, metendo hombros á empreza arrojadissima do resgate da patria, com incrível perseverança e assombroso valor, foi estendendo pouco a pouco as fronteiras do novo reino; de sorte que o mesmo seculo que viu escravizada toda a Hespanha, presenciou a restauração de uma parte della, com a criação e desenvolvimento dos reinos das Asturias, de Oviedo e de Leão. D. Affonso I, cognominado o *catholico*, terceiro soberano das Asturias, que reinou desde o anno de 739 até ao de 757, alcançou tantas e tão grandes victorias, que expulsou os mouros da Galliza, e de todo o territorio que mais tarde constituiu os reinos de Leão e de Castella. Nem todas estas conquistas ficaram firmes na sua corôa, é certo, mas facilitaram aos seus descendentes a gloria de as firmarem, em tempo em que o dominio mauritano ainda estava poderosissimo na peninsula.

Resgatadas por este modo as terras de entre Douro e Minho do poder dos infieis, veio estabelecer-se nellas, nas visinhanças do rio Sousa, que desagúa no Douro, um cavalleiro nobre, chamado D. Fayão Soares, que os genealogicos fazem descendente de Vitiza, penultimo rei dos visigodos. Dizem que este fidalgo, que ajudou com o seu esforço a libertar do dominio sarraceno esta parte do territorio, tomou

(1) Transcripto do *Commercio do Porto* de 1872.

para sua residencia um castello, que ali existia, construido anteriormente á invasão e conquista dos mouros, e fundou, não longe d'elle, no anno de 850, uma povoação, a que deu o nome de *Arrifana*. Outros pretendem que effeituára esta fundação sob o governo dos mouros, e com consentimento destes. Do rio Sousa, que corre a uns seis kilometros da distancia, fertilizando um valle muito ameno e risonho, tiraram o seu appellido os netos do fundador e a propria povoação, que veio a denominar-se *Arrifana de Sousa*. Esta é a tradição. Não ha documento que a auctorisae, mas dão-lhe um certo cunho de authenticidade diversas circumstancias, taes como ser terra muito antiga, não haver outra noticia da sua origem, e ter sido a familia dos Sousas, desde epochas anteriores á fundação da monarchia portugueza, senhora de todos aquelles territorios.

D. Fayão Soares foi pae de D. Soeiro Belfaguer, no qual D. Pedro, conde de Barcellos, no seu *Nobiliario*, dá principio á illustre familia dos Sousas, que alli teve o seu solar.

O neto de D. Soeiro, chamado Ahufo Ahufes, foi o primeiro desta casa que teve o titulo de conde de Vieira, dado por D. Ordoño II, rei de Leão e das Asturias, pelos annos de 914 a 923. O titulo de conde correspondia nessas eras ao governo de uma provincia ou districto, honra que sempre desfructaram os senhores desta casa, até ao tempo de D. Affonso Henriques, continuando ainda depois a usarem do titulo de conde, nesta fórma, o conde D. Mendo de Sousa, que viveu em tempo de D. Sancho I. D. Egas Gomes de Sousa foi o primeiro que tomou este appellido. Era quarto neto de D. Soeiro Belfaguer, e foi um dos companheiros do conde D. Henrique de Borgonha nas suas empresas guerreiras em Portugal.

No seculo XIV era representante desta familia, e senhor desta grande casa, D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Christo, sobrinho, por sua mãe, D. Maria Telles de Menezes, da rainha D. Leonor Telles de Menezes. De D. Lopo Dias de Sousa são representantes, por linha varonil, os duques de Lafões, e por linha feminina os de Palmella.

Não sabemos qual seja a etymologia de *Arrifana*, pois que não se póde acceitar a opinião dos auctores, que derivam este nome de *Aurifana*, que era aquella celebre bandeira quadrada, de côr vermelha, que diziam ter sido dada pelo céu a Moroveo, rei de França, e que os antigos soberanos deste paiz levavam sempre a seu lado para

a guerra, confiados em que o seu influxo lhes alcançava triumpho contra os infieis.

Nos primeiros seculos depois da sua fundação foi destruida, mais de uma vez, pelos exercitos sarracenos. Na invasão que fez pelas terras de entre Douro e Minho, no terceiro quartel do seculo X, o terrivel Abou-Amer, a quem os seus deram o epitheto de *At-Mansour*, o invencivel, e que foi o terror dos christãos sob o nome de Almançor, a passagem dos infieis deixou por toda a parte atraz de si um rastro de sangue e de ruinas fumegantes. Assim em Arrifana de Sousa não ficou pedra sobre pedra. E parece que decorreram largos annos sem que os seus moradores se affoutassem a reconstruil-a, voltando aos seus antigos lares.

Porém, passados aquelles tempos calamitosos, livre enfim aquella formosa provincia das barbaras correrias dos mouros, graças á espada victoriosa do conde D. Henrique de Borgonha e de seu filho, D. Affonso Henriques, começou Arrifana de Sousa a medrar e desenvolver-se, posto que mais lentamente, em razão de ser a agricultura o principal ramo da sua industria, e de se acharem os terrenos, que a cercavam, em poder de poucos proprietarios. Mas este obstaculo, que se oppunha ao seu crescimento e prosperidade, veio a modificar-se com o tempo. Pelo effeito natural da progressiva divisão da propriedade, o modesto lugar de Arrifana de Sousa, florescia por meio da agricultura, achou-se finalmente em circumstancias de merecer, que el-rei D. João V o elevasse á cathogoria de villa em 1741, conservando-lhe o mesmo nome.

Anteriormente a esta epocha Arrifana de Sousa pertenceu, primeiro ao termo do Porto, depois, reinando el-rei D. Fernando, passou a fazer parte do termo da villa de Barcellos, por instancias de D. João Affonso Tello de Menezes, conde de Barcellos, que era seu cunhado, irmão da rainha D. Leonor Telles de Menezes. Desannexada do termo de Barcellos, passou outra vez para o do Porto. Não temos certeza de quando foi feita esta ultima mudança; mas parece-nos que seria no reinado seguinte de el-rei D. João I, que procurou sempre patentear, por todos os modos possiveis, o seu affecto á cidade do Porto, e o reconhecimento que devia aos portuenses pelo amor, que lhe consagravam, e pelos importantes auxilios, que lhe prestaram em differentes occasiões graves e solemnes para a independencia do paiz e para a gloria do seu reinado.

Emquanto fez parte do termo do Porto, era sua donataria a camara desta cidade, que nomeava e punha alli as justiças, por pauta feita todos os annos no primeiro dia de janeiro. As justiças, que a camara do Porto nomeava, consistiam em dous juizes, com o titulo de ouvidores, um com a jurisdicção limitada ao lugar, e sendo tambem juiz das cizas em todo o concelho; o outro, que exercia jurisdicção dos muros do lugar para fóra em todo o concelho. Antes de ser villa, Arrifana de Sousa já era cabeça do concelho de Penafiel, e nesta qualidade é que era séde dos referidos juizes, que faziam as suas audiencias na chamada *casa do concelho*, dentro do lugar, e tinha cadeia e pelourinho, symbolo de jurisdicção. A camara do Porto provia tambem os officios de meirinho, e mais officiaes que serviam com os ouvidores, de juiz dos orphãos e seus escrivães, de dous almotacés, etc.

Em éras muito remotas existiu no districto deste concelho, proximo do rio Douro, uma povoação, á qual alguns escriptores antigos chamam cidade, com o nome de Penafiel, ou Penhafiel, derivado de umas grandes penhas que se erguiam perto della, no monte de Airó, e formavam a base de um castello, que a defendia. Foi destruida esta povoação, segundo se presume, pelas invasões dos povos septentrionaes, no seculo v, ou pela dos mouros nos principios do seculo VIII; mas parece que tornou a ser em parte reedificada e povoada, até que os seus moradores a abandonaram para sempre, mudando-se para Arrifana. Na primeira metade do seculo passado ainda se conservavam alguns vestigios dos seus derrocados edificios, no lugar denominado *as Medas*, junto á *passagem do Carvoeiro*, sobre o Douro. Da extincta cidade tomaram o nome primeiramente o concelho e mais tarde a cabeça d'este, como abaixo diremos.

Foi muito auspiciosa para Arrifana de Sousa a sua elevação a villa, pois que principiou então a sorrir-lhe a fortuna, não só fazendo-a mais populosa, enriquecendo-a, augmentando-lhe e melhorando-lhe os edificios, mas até parecendo querer indemnisal-a, com honras e prerogativas, da humildade e do esquecimento em que esteve dos poderes publicos durante tantos seculos.

Apenas 29 annos depois de ter sido creada villa, foi erigida em cidade, correndo o anno de 1770, por el-rei D. José I, que lhe trocou o nome pelo de Penafiel; e ao mesmo tempo solicitou e obteve do

Papa Clemente XIV a instituição de um novo bispado, cuja séde collocou em a novissima cidade. Foi eleito e sagrado bispo de Penafiel D. frei Ignacio de S. Caetano, que era confessor da princeza D. Maria por nomeação de el-rei, seu pae.

Foi de pouca duração esta preeminencia ecclesiastica. No anno seguinte áquelle em que succedeu no throno a rainha D. Maria I, esta soberana pediu á Santa Sé a suppressão do bispado de Penafiel, ao que annuiu o Summo Pontifice Pio VI, extinguindo-o e incorporando-o novamente na diocese do Porto, por bulla de dezembro de 1778. D. frei Ignacio de S. Caetano, renunciando a mitra, que cingira por espaço de oito annos, recebeu do mesmo Summo Pontifice o titulo de arcebispo de Thessalonica, *in partibus infidelium*, e continuou a ser confessor e director espirital da rainha D. Maria I, cargo em que este virtuoso e illustrado prelado prestou ao paiz relevantes serviços, mostrando-se digno da confiança e valimento com que a soberana o honrava.

Querendo a mesma rainha collocar sob a administração do Estado a repartição do correio geral, que nessa epocha era propriedade particular, constituindo o officio de correio-mór, que fôra vendido por D. Philippe II de Castella, e primeiro dos que governaram em Portugal, a um antepassado de Manoel José da Matta de Souza Coutinho, que naquella occasião o desfructava por direito de successão, tomou a si a referida administração, por mutuo accordo, em 1798, concedendo áquelle fidalgo o titulo de conde de Penafiel, e uma pensão annual de 6:800\$000 réis, com o direito de transmissão aos seus herdeiros; encargo que as côrtes em 1864 resgataram, mediante réis 100:000\$000 em inscrições. Ao presente é segunda condessa de Penafiel, e primeira marquezia do mesmo titulo, por mercê de el-rei o senhor D. Luiz I, a sr.^a D. Maria da Assumpção da Matta de Sousa Coutinho, filha unica e herdeira do primeiro conde.

A cidade de Penafiel tem por brazão de armas um escudo coroadado, com duas espadas e uma aguia coroadada. Dizem que este brazão lhe fôra dado pelo seu fundador, D. Fayão Soares, symbolisando na aguia coroadada a origem romana da cidade, da qual tomou o nome o territorio, que dali se estende até ao Douro, e nas espadas as victorias alcançadas contra os mouros naquelle proprio logar pelo mencionado fidalgo.

II

Está sentada a cidade de Penafiel na encosta de um monte, a uns 36 kilometros de distancia do Porto, para o lado de léste. A situação é saudavel e aprazivel, pois domina um muito ameno e formoso valle, que tem mais de 5 kilometros de comprimento.

A cidade de Penafiel fazia parte outrora da provincia de Entre Douro e Minho.

Pela divisão do reino, decretada em 1834 pelo senhor D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome da rainha, senhora D. Maria II, ficou pertencendo á provincia do Douro. Pela nova divisão territorial pertence ao districto administrativo do Porto. Relativamente a divisão ecclesiastica e militar está comprehendida na diocese portuense, e na 3.^a divisão militar, que tem o quartel-general no Porto. E' cabeça de comarca de 1.^a classe.

No fim do seculo XVI a sua população não passava de 1:000 almas, em razão da mortandade, que lhe causou a peste que a assolou em 1598. No mappa da população do reino, relativa ao anno de 1732, enviado pelo marquez de Abrantes, director da Academia Real de Historia Portugueza, como a que elle julgava mais exacta, a D. Luiz Caetano de Lima, e por este publicado na sua «Geographia Historica», dão-se a Arrifana de Sousa 1:836 habitantes. O censo da população do reino feito em 1864, dá-lhe 966 fogos e 4:495 moradores, incluindo os de fóra da cidade; mas nos limites da parochia de S. Martinho.

Compõe-se a cidade de uma comprida rua, com algumas travessas e duas praças. O maior numero das casas estende-se ao longo da rua, que faz parte da bella estrada macadamisada, que conduz do Porto ás villas da Regoa, de Amarante e Villa Real, servindo portanto de communicação para as principaes terras da provincia de Traz-os-Montes. As praças são: o *rocio das Chãs* e a *praça da Alegria*. Naquelle estão os paços do concelho e a igreja da Misericordia. E' vasta; a sua denominação é muito antiga; e já existia este terreiro como logradouro publico, antes de haver nelle edificio algum. Na *praça da Alegria*, á qual se deu modernamente este nome, estão o edificio do extincto recolhimento de *Nossa Senhora da Conceição* e a ermida de *Nossa Senhora da Piedade*.

Penafiel tem uma só freguezia da invocação de «S. Martinho». E' um templo de tres naves, sustentadas por columnas de ordem jo-

nica. O portal pertence a esta ordem. Foi construído no meio da povoação no anno de 1570 (1).

Póde gloriar-se Penafiel de ter sido uma das primeiras terras do nosso paiz, que recebeu em seu seio essa instituição portugueza, eminentemente humanitaria e civilisadora, intitulada—confraria da Misericordia. Concebida pelo religioso trinitario Frei Miguel de Contreiras, confessor da rainha D. Leonor, viuva de el-rei D. João II, foi instituída a confraria da Misericordia em Lisboa, no anno de 1498, por aquella soberana, sendo regente do reino durante a ausencia de seu irmão, el-rei D. Manoel, que havia partido para Castella com a rainha D. Isabel, sua primeira mulher, a fim de alli serem reconhecidos e jurados por principes herdeiros daquelle reino.

Apenas onze annos depois, em 1509, teve principio a referida confraria em Arrifana de Sousa na ermida, que então existia defronte da igreja matriz, e que depois se ficou chamando do «Hospital». N'este grande progresso, porque o era, sem duvida, esta instituição em quanto desempenhou cabalmente o seu admiravel compromisso, antecipou-se o modesto lugar de Arrifana de Sousa, não só a muitas villas antigas e populosas, mas até a algumas das mais importantes cidades. Ao cabo de alguns annos de assento na capella do Hospital, passou a Misericordia a ter casa propria e condigna. Edificou-a desde os alicerces, á sua custa, no Rocio das Chãs, o abbade de Ermello, Amaro Moreira. Não se limitou o caritativo fundador á construcção do edificio, não obstante ser grandioso; dotou largamente o hospital em sua vida, e contemplou-o depois da morte com um legado avultado.

A igreja da Misericordia serviu de cathedral durante os oito annos, que a cidade desfructou a preeminencia de séde episcopal. É um grande e bello templo, cuja frontaria é ornada com duas ordens de pilastras doricadas.

Houve n'esta cidade um convento e um recolhimento, ambos extinctos actualmente. O convento, da invocação de *Santo Antonio*, outr'ora habitado pelos religiosos capuchos da provincia da Soledade, foi

(1) Nesta igreja há varias antiguidades dignas de memoria, de que nos dá noticia o sr. Simão Rodrigues Ferreira em uma carta, que acabamos de receber e que muito agradecemos. Como se refere, em geral, a assumptos historicos, e este folhetim trate da descripção da cidade, reservamos para no fim deste nosso trabalho publicar as curiosas noticias, com que nos obsequiou.

fundado em 1666 por diligencias do capitão Ignacio de Andrade, proprietario abastado de Arrifana de Sousa, o qual levou alguns religiosos do convento de Santo Antonio de Val da Piedade, defronte do Porto, para a sua quinta das Lages, onde residia, na freguezia de S. Martinho de Milhundes, a fim de escolherem o sitio para a fundação, e superintenderem nas obras. E como os proprietarios dos terrenos escolhidos se recusassem a vendel-os, alcançou o dito capitão uma provisão régia para lhes serem expropriados. A capella-mór foi edificada a expensas de D. Francisco de Andrade de Azevedo e Ataide, senhor da Honra de Barboza, e n'esse tempo mestre de campo general, e governador das armas da provincia de Entre Douro e Minho. Este fidalgo, representante de uma das mais illustres familias de Portugal, na qualidade de padroeiro, construiu na mesma capella-mór jazigo para si e para os seus descendentes. Passados annos, depois de concluida a igreja estabeleceu-se n'ella a confraria da Ordem Terceira de S. Francisco. O edificio do extincto convento foi concedido á confraria da Misericordia, que estabeleceu n'elle o seu hospital. Tambem ahi se acha o hospital militar, na actualidade pertencente ao regimento de infantaria n.º 6. A igreja é administrada pela Santa Casa da Misericordia, que conserva n'ella o culto com toda a decencia, e serve de capella do hospital. Venera-se n'esta igreja uma imagem de Christo crucificado, que junta á devoção que inspira memorias historicas de bastante apreço. Eis a sua historia:

Quando Henrique VIII, rei de Inglaterra, fez separar o seu reino do gremio catholico, declarando-se chefe da nova religião anglicana, extinguindo os mosteiros, mandando destruir as santas imagens, e perseguindo barbaramente todos os seus vassallos que se negavam a abjurar as crenças de seus maiores, um portuguez, chamado João Correia, natural de Arrifana de Sousa, que se achava n'essa occasião em Inglaterra, apressou-se a sahir deste paiz, salvando do furor heretico duas imagens sagradas, pertencentes á igreja de um convento, cuja invocação ignoramos. Sabe-se porém, que n'este empenho foi auxiliado por dous frades do dito convento, que tinham particular devoção a essas imagens. Recolhido á patria com este precioso deposito, salvo, á custa de muito dispendio, de grandes trabalhos e perigos, fez collocar as imagens na capella dos Passos da igreja parochial de S. Martinho. D'aqui foram ao diante transferidas, a de Christo crucificado para a ermida intitlada do Hospital, de que acima fallamos; e a de

Nossa Senhora da Piedade para a ermida d'esta invocação, edificada no fim do Rocio das Chãs. Permaneceu por longos annos a imagem de Christo crucificado na referida ermida, que desde que a recebeu ficou intitulado-se do Senhor do Hospital. Hoje venera-se na igreja do extincto convento de Santo Antonio, para onde a trasladou a confraria da Misericordia. A antiga ermida do Senhor do Hospital, que se achava em bastante ruina, já não existe.

O recolhimento de Nossa Senhora da Conceição foi instituido no começo do seculo XVIII por Gonçalo Ferreira Pinheiro e sua mulher, Anna de Castilho, nas casas em que moravam no Rocio das Chãs, junto á igreja da Misericordia. deixando-lhe por sua morte todos os bens que possuíam.

Com o producto d'esta herança as recolhidas compraram mais tarde, no fim do Rocio das Chãs, as obras em principio de um convento, que tinha mandado fazer, para habitação de freiras, Gonçalo Ferreira da Costa, e que, por adversidades da sorte, lhe foi penhorado e posto em praça pelos credores. Com os recursos da herança e com o auxilio de esmolos de pessoas devotas, proseguiram e acabaram a edificação começada; e no dia 19 de novembro de 1716 foram habital-o com mais quatro senhoras idas do recolhimento do Anjo, do Porto.

Aquelle recolhimento era da Ordem da Conceição de Maria, instituida na cidade de Toledo por D. Beatriz da Silva, portugueza, irmã do Beato Amadeu, ambos fidalgos da primeira grandeza de Portugal; confirmada pelo papa Innocencio VIII em 1489, e introduzida em o nosso paiz no anno de 1625, no qual se fundou na cidade de Braga o primeiro convento. Esta ordem teve neste reino sete conventos, dos quaes ainda existem alguns habitados. Compõe-se o habito das religiosas de manto e escapulario azul claro e saia ou tunica branca.

O edificio do extincto recolhimento de Nossa Senhora da Conceição foi concedido á camara municipal de Penafiel por carta de lei de 23 de novembro de 1871, com o fim de ser destinada uma parte da sua cêrca para augmento do campo da feira, e a outra parte, com o material do edificio, para se construir um quartel militar com as condições necessarias á boa e hygienica accommodação de um regimento. Trabalha-se ao presente nesta obra com actividade. Da igreja do extincto recolhimento está de posse a confraria do Coração de Maria, que a tem reparado e melhorado com importantes obras de reconstrução.

Ha em Penafiel diversas ermidas. A mais notavel e que merece especial menção é a de *Nossa Senhora da Piedade*, no sitio hoje denominado *praça da Alegria*. Se não sobresahe ás outras por bellezas de architectura, recommenda-se, todavia, pela grande veneração que o povo da cidade e dos arredores tributa á imagem da Senhora, sua padroeira, e ás memorias que lhe dizem respeito e que acima referimos.

No Rocio das Chãs estão os paços do concelho. É o antigo edificio da Ouvidoria, reconstruido por ordem da rainha D. Maria I em 1780. O padre Luiz Cardoso escreveu o seguinte, ácerca d'este edificio em 1744:

«Ha neste lugar umas grandes casas de aposentadoria para o corregedor e provedor da comarca do Porto, onde vai residir estando em correição no concelho, e nos mais circumvisinhos. São estas casas tão magnificas, que nellas se accomoda o corregedor com toda a sua familia, por maior que esta seja, e todos os tres escrivães da comarca, e o da provedoria, meirinho, distribuidor e mais officiaes, com seus quartos separados para suas vivendas; e ha na mesma aposentadoria uma boa casa para as audiencias e correições, e tem o provimento necessario de roupas, sem oppressão do povo, mais que as lenhas e comestivel que não se vende no lugar. Está fundada no meio do Rocio das Chãs.»

Vê-se deste periodo que as obras comprehendidas em 1780, sob a superintendencia de João de Almeida Coutinho Vieira, corregedor e provedor daquella comarca, foram de reconstrução e não de fundação. Neste edificio, actualmente *palacio municipal*, acham-se estabelecidas a casa da camara e repartições respectivas, o tribunal de justiça e repartições da sua dependencia, e as cadeias publicas.

III

Tem esta cidade algumas casas de bom prospecto, e muitas familias nobres e ricas, do que resulta ser terra de fino trato e agradável convivencia. Possui um pequeno theatro com 150 lugares na plateia e 30 camarotes. Tem casa de assembléa, denominada *Assembléa Recreativa Penafidense*. Não ha alli na actualidade publicação alguma periodica, mas em tempos muito proximos saham dos prelos desta cidade, primeiramente o «Seculo XIX» e depois a «Gazeta de Penafiel», jornaes politicos, noticiosos e litterarios muito bem redigidos.

É bastante sensível a falta de um jardim ou passeio publico, condição essencial nos progressos de uma terra civilisada da importancia de Penafiel. Todavia consta-nos que está em projecto dotar a cidade com este melhoramento, que em muitas povoações do nosso paiz tem já contribuido efficazmente para policiar os costumes.

Como succede em toda a provincia do Minho, os habitantes de Penafiel são, em geral, activos e industriosos, empregando-se na agricultura e em diversas pequenas industrias. Porém, apesar d'essa clausula tão importante e essencial para o desenvolvimento de qualquer povoação, e não obstante a fertilidade dos terrenos que a cercam, lutou esta cidade por muitos annos contra os estorvos que oppunha ao seu commercio a falta de boas estradas. Mas ao presente, que se acha em facil communicação, por meio de excellentes estradas macadamizadas, e de carreiras regulares de diligencias com a Regoa, a principal povoação e porto do paiz vinhateiro do Douro, com uma parte, e não tardará muito que seja com toda a provincia de Traz-os-Montes, tão ricamente dotada pela natureza, e até ha pouco tão desprezada dos poderes publicos, e finalmente com a cidade do Porto, o grande centro commercial das provincias do norte do reino, e opulentissima bolsa, a que estão acudindo continuamente os capitaes do Brazil, verdadeiro retorno da nossa exportação de braços, póde considerar-se Penafiel em via de prosperidade.

E logo que se realise o projectado caminho de ferro do Douro, que ha de ligar a cidade de Penafiel com o Porto e com a Regoa, melhoramento reclamado por diversas razões de interesse publico, principalmente pelas necessidades do mais importante ramo do commercio de Portugal, qual é o dos vinhos do Douro, que tantas delongas e prejuizos padece com o difficil transporte pela via fluvial; logo que se realise, repetimos, esse tão desejado melhoramento, o desenvolvimento de Penafiel ha de ser mais rapido, e de mais vulto os seus progressos no futuro. Penafiel ainda possui recursos naturaes por explorar, tanto em relação á mais conveniente cultura dos seus feracissimos terrenos, como relativamente a riquezas mineralogicas, sobre que se fizeram pesquisas na primeira metade do seculo passado. A estes e outros grandes commettimentos da industria, em uma terra do interior do paiz, só as vias de communicação accelerada podem dar vigoroso impulso.

Os caminhos de ferro podem prejudicar, e prejudicam algumas vezes certas industrias locais, que vivem das proprias difficuldades do

transito, e que não podem sustentar concorrência com os productos dos grandes centros industriaes; mas fazem desenvolver outras, que arrastavam uma existencia enfezada, e dão ensejo e incentivo para se crearem algumas novas com solidos elementos de prosperidade, se os habitantes teem habitos activos e industriosos.

IV

São muito amenos e formosos os arrabaldes de Penafiel, em alguns sitios elevados pela belleza dos panoramas, que os olhos d'ahi relanceiam; em outros lugares pelas pompas da vegetação, pela sombra dos arvoredos, e pela graça e frescura que o rio Sousa dá ao delicioso valle em que tem o leito. Nasce este rio em uma serra sobranceira ao mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. Corre por espaço de quasi cincoenta kilometros pelo meio de valles assombrados de frondoso arvoredo e muito pittorescos; e depois de receber diversos ribeiros, que regam e fertilisam os concelhos de Figueiras, Unhão, Novelas, Louzada, Ferreira e Penafiel, lança-se no Douro, uns doze kilometros acima da cidade do Porto, defronte do lugar de Arnellas. A foz do Sousa e ambas as margens do Douro, orladas de annosos e copados carvalhos e outras arvores, e Arnellas sentada em uma collina, com a sua casaria a alvejar por entre massiços de perennes verdores, formam um quadro verdadeiramente encantador.

(Continúa)

I. DE VILHENA BARBOSA.



REAL ASSOCIAÇÃO
DOS
ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

ACTA N.º 38

Sessão de Assembleia geral de 18 de Março de 1909.

Presidente—o Vice-Presidente Rosendo Carvalheira.

Secretarios { Gustavo de Mattos Sequeira.
Alfredo da Costa Campos, vice-secretario.

Foi aberta a sessão ás 9 horas da noite, estando presentes, além da mēsa, os dignos socios srs. Mendes Guerreiro, Rodrigues Fernandes, D. José Pessanha, Arthur Lamas, Victor Ribeiro, Rocha Dias, Visconde da Torre da Murta, Silva Leal, Ernesto da Silva, Mēna Junior, Julio A. Ferreira, José Alexandre Soares e José Queiroz e depois de dado conhecimento á assembleia de uma carta do Ex.^{mo} Sr. Presidente declarando não poder comparecer por motivos alheios á sua vontade, passou-se á leitura da acta que em seguida foi approvada.

O expediente, que depois foi lido á assembleia, constou dos documentos seguintes:

1.º Officio do nosso socio efectivo o sr. Eduardo Freire de Oliveira agradecendo á associação, muito penhorado, o terem-no elegido;

2.º Circular convite para uma reunião destinada á troca de impressões ácerca da organização em Lisboa de uma Liga de Educação Esthetica, reunião a que o signatario desta declarou ter assistido em nome da associação por se não acharem em Lisboa os srs. Presidente e Vice-Presidente da mēsa;

3.º Memorandum do Institut d'Architecture du Canadá, acusando e agradecendo a recepção do nosso boletim;

4.º Officio da Direcção Geral da Estatistica do Uruguay, agra-

decendo igualmente a remessa do nosso boletim, e de algumas das obras cuja publicação foi patrocinada por esta colectividade;

5.º Comunicação do digno socio sr. Gabriel Pereira, conservador do nosso museu, com referencia a uma campa sepulchral e a dois brazões entrados ultimamente, por oferta, para o museu.

Ultimado o expediente, o sr. Presidente fez notar á assembleia a generosa oferta de uma campa sepulchral achada em Setubal, feita pelo sr. José Eduardo Ahrens, que levou a sua gentileza a ponto de enviar aquelle objecto com porte pago até á estação do Terreiro do Paço, propondo, por isso, fique exarado na acta um voto de louvor áquelle cavalheiro e que de tal facto se lhe dê o devido conhecimento, agradecendo-se ao mesmo tempo a sua valiosa dadiva—Foi aprovado por unanimidade.

Em seguida o sr. Victor Ribeiro, pedindo a palavra, propõe que a nota documentada do sr. Gabriel Pereira, seja publicada no Boletim, e que no seu entender julga necessario que sempre assim se proceda para que de futuro, não haja embaraços para qualquer socio que queira averiguar a origem de nome dos objectos do museu, como ha pouco lhe succedeu com um brazão que sabe possuirmos, mas que lhe não foi possivel encontral-o. Urge fazer o inventario e a catalogação methodica de todos os exemplares expostos, diz sua Ex.^{ta} que termina rogando a todos os seus consocios, enviassem em qualquer tempo para a mêsa todos os elementos de que porventura tivessem conhecimento para a factura desse inventario.

Seguidamente toma a palavra o sr. Presidente sobre o mesmo assumpto, declarando julgar tal catalogação da maxima urgencia e utilidade utilizando-se todas as informações como base do inventario e o sr. Victor Ribeiro usando novamente da palavra pede ao sr. Rocha Dias como melhor conhecedor do nosso archivo que preste mais uma vez á Associação um inestimavel serviço, consultando a correspondencia archivada e extraindo de lá todas as noticias que interessarem o assumpto. Faltam noticias essenciaes para a catalogação, diz o sr. Ribeiro e cita o caso do sr. Queiroz ter lutado com inumeras difficuldades na averiguação da origem de alguns dos azulejos que possuimos, assim como acha tambem mister que se destrincem os objectos depositados daquelles que são exclusiva propriedade da Associação.

O sr. Presidente ainda junta mais algumas considerações a este

assumpto, declarando julgar essencial fazer duas edições do catalogo, uma para o publico em geral e outra em francez destinada aos estrangeiros que nos visitam, devendo ambas ser illustradas com gravuras.

Em seguida o sr. Rocha Dias communica á Assembleia a existencia no velho edificio da Imprensa Nacional de um braço dos Mellos de Murça, ficando resolvido se inicie em breve o trabalho de fotografar os braços já existentes, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Tomou depois a palavra o sr. Presidente que declara ir dar prioridade a um assumpto a que devemos ligar toda a nossa atenção, como archeologos e como portuguezes. Pensa-se numa manifestação a um patricio nosso que lá fóra nos tem honrado, o sr. Alfredo de Andrade e a quem julga desnecessario biographar. As suas condições de vida expecionaes, intensa cultura artistica e scientifica, independencia e fortuna, garantiram-lhe a invejavel situação a que se guindou. Em Italia reconhecem nelle, os grandes artistas as mais extraordinarias faculdades de trabalho e o mais profundo conhecimento do seu mister. Encarregado pelo governo italiano de fazer uns estudos dos Castellos medievaes, para a exposição de Turim, tão brilhantemente se houve dessa incumbencia que taes estudos foram um dos mais notaveis attractivos da exposição. A figuração do Castello de Turim é uma reconstituição completa com todas as minucias architectonicas que tornam esse trabalho uma verdadeira lição de arte retrospectiva. Em face desse successo o governo Italiano resolveu que tal estudo fosse conservado no museu daquella cidade e que ao seu autor se desse o titulo de *cidadão de Turim*. Estes factos continua sua Ex.^a são dignos de menção, e é com desvanecimento que devemos pensar que Alfredo de Andrade é considerado a. authoridade maxima consultiva sobre a arte antiga da Liguria.

Os que pensaram essa manifestação ao nosso illustre compatriota, resolveram que todos os seus admiradores concorressem com a quota minima de cinco liras para se cunhar uma medalha de honra e o sr. Lambertini Pinto publicou uma circular convidando todos os portuguezes a essa manifestação. Á nossa Associação compete no entender delle, orador, cooperar nessa homenagem ao distincto archeologo, e propõe se contribua com uma quota colectiva, isto é, com 5 quotas de 5 liras, subscriptas pelas tres secções, pelo Conselho Facultativo e pela Assembleia geral.

Pede a palavra o sr. Queiroz que declara ter já tenção formada de falar sobre o assumpto. Fora elle o primeiro a contribuir, mas ignorava a iniciativa do sr. Lambertini Pinto, congratulando-se por ver formulada a proposta do sr. Carvalheira a que dava todo o seu apoio.

O sr. D. José Pessanha declara tambem associar-se gostosamente a essa manifestação e desejando completar a ideia do sr. Carvalheira propõe que da parte da acta desta sessão que se refere ao nosso illustre patricio, lhe seja enviada copia, remetendo-se-lhe ao mesmo tempo o diploma de socio honorario, proposta esta que a Assembleia aprovou por unanimidade com o alvitre do sr. Dr. Arthur Lamas que propusera se enviasse igualmente copia dessa parte da acta ao sr. Lambertini Pinto.

Seguidamente passou-se á leitura do Relatorio do Ex.^{mo} Thesoureiro, finda a qual este nosso digno consocio declarou fazer entrega á Associação de todos os numerós do Boletim que aqui estavam depositados e se achavam em sua casa, conforme o offerecimento que fizera o anno proximo passado em seu nome, e no de seu falecido irmão Licinio da Silva, os quaes infelizmente nem todos existem completos, formando entretanto um total de 3.007 exemplares de texto, e de 3.854 estampas. Sua Ex.^a o sr. Presidente tomando a palavra declara á assembleia ter ouvido gostosamente a leitura desse trabalho de quem, honrando as tradições paternas, continúa a prestar á Associação os seus valiosos serviços no arduo logar de thesoureiro que demanda, na nossa situação economica, uma ponderada e paciente administração. Por esse relatorio vê entretanto com prazer que não é para esmorecimentos o nosso estado financeiro e nota que a peregrinação annual de visitantes se mantem firme e constante, esperando que de futuro ella augmente, e com ella a receita, quando se chegasse a realizar o accesso aos terraços, obra que julga digna de estudo e de atenção.— Sua Ex.^a termina louvando a valiosissima offerta feita á Associação pelo sr. Ernesto da Silva, tanto mais para estimar quanto a collecção é rara e propõe a este digno socio um voto de louvor pelo trabalho do relatorio e pelo donativo, o qual é approvado pela Assembleia.

O sr. Ernesto da Silva agradece penhorado esse voto de louvor e seguidamente passa-se á leitura do relatorio da Bibliotheca, feito pelo digno bibliothecario sr. Visconde da Torre da Murta. Concluida

esta o sr. Carvalheira tomando novamente a palavra, elogia o seu auctor frizando o vigor e a elegancia com que são trabalhados esses relatorios com que de ha muito nos tem deleitado e instruido e propõe que identicamente, seja lançado na acta um voto de louvor ao sr. Visconde da Torre da Murta, o qual é logo approvedo pela Assembleia.

Findos estes assumptos communicou o sr. Presidente á Assembleia que no cumprimento do mandato que lhe fôra conferido fôra a mêsda da Assembleia geral, ao paço das Necessidades convidar Sua Magestade El-Rei para a presidencia honoraria desta Associação, e Sua Ex.^a declara querer deixar frizado o facto como altamente significativo, de ter a deputação desta collectividade, sido recebida por Sua Magestade de preferencia a numerosas pessoas que se achavam esperando audiencia, entre os quaes o proprio sr. Presidente do Conselho de Ministros—Sua Magestade agradeceu a lembrança da Associação de que seu fallecido Pae El-Rei D. Carlos 1.^o fôra Presidente e acceitou-a com palavras muito amaveis para a commissão.

Continuando no uso da palavra o sr. Presidente informa ainda a Assembleia de ter sido nomeado o sr. Dr. Leite de Vasconcellos, nosso consocio, para representar esta Associação no Congresso de Archeologia do Cairo que vai reunir-se na proxima Semana Santa, sem prejuizo da nomeação já feita na pessoa do sr. Conselheiro Pereira e Cunha de quem ainda se não obteve resposta ao convite enviado. Esta resolução foi motivada por um novo officio da Direcção Geral da Instrucção Publica instando pela communicação da nomeação do nosso representante, sendo taes resoluções approvedas pela Assembleia.

Com referencia ao policiamento dos monumentos publicos communica sua Ex.^a terem-se dado alguns passos para tal se conseguir, indo o sr. Conselheiro Loureiro procurar pessoalmente o sr. Governador Civil. Se nada pudermos evitar, urgente lhe parece tomar uma energica attitude, e fazer nesse sentido uma reclamação formal.

Pede em seguida a palavra o sr. Victor Ribeiro, sobre o assumpto da these a apresentar ao Congresso Nacional, e declara á Assembleia ter ella como base essencial um estudo sobre a conservação dos monumentos nacionaes, factura de inventarios, mas só sob o ponto de vista da propaganda entre nacionaes e estrangeiros. O *turismo* é actualmente uma fonte de receita e representa uma vantagem economica

e social.—É sabido como os nacionaes por vicio e por costume, usam dizer mal da sua terra e disto é frizante exemplo um livro ha pouco publicado pelo sr. Coelho de Carvalho onde se diz que Portugal é um paiz onde não ha arte, nem literatura. Estas informações, diz sua Ex.^a vem documentar a necessidade dessa propaganda se fazer entre os nacionaes, mais até que entre os estrangeiros que melhor e mais sabiamente nos apreciam.—Entretanto para que o estrangeiro nos visite é necessario remover certas difficuldades materiaes de modo a tornarmos Portugal mais acessivel ao *turismo* que é um recurso de que vivem muitas nações como a Italia, a Suissa e a França.—A necessidade de inventariar as nossas reliquias archeologicas é urgente para que a peregrinação dos inglezes e dos alemães não esmoreça e antes augmente como é urgente tambem impedir que sob pretextos diversos, se difficile a exposição dos nossos museus e dos nossos templos historicos. É difficil a um estrangeiro vêr, fóra dos dias marcados, a capella de S. João Baptista como é difficil tambem a visita ao tumulo dos Castros em Bemfica, que se veda ao publico a pretexto de ser um templo particular. Esta é a these em que trabalhamos, diz o sr. Ribeiro; tornar accessiveis os monumentos, inventarial-os e editar publicações de propaganda para se criar no povo o culto pela arte e pela archeologia e para se attrahir o estrangeiro como fonte de receita.

O sr. Presidente, em seguida, declara, como delegado tambem da Associação do Congresso Nacional, que julgou do seu dever, de combinação com o seu consocio Victor Ribeiro annunciar á Assembleia a orientação que tinham dado á these a apresentar.—Se a Assembleia concordar seguimo-la, por isso desejava, diz sua Ex.^a ouvir a opinião dos seus consocios.

Pede a palavra o sr. D. José Pessanha que declara aprovar a escolha e a orientação dessa these excellentemente exposta pelo sr. Victor Ribeiro, mas que notou não ter o seu digno consocio falado de certas construcções, á primeira vista insignificantes, mas que não passam despercebidas aos estrangeiros cultos que nos visitam e que importa tambem defender e inventariar. É possivel e isso crê elle orador, que o sr. Victor Ribeiro pensasse nellas e as incluísse nas curiosidades archeologicas em que falou. Quiz entretanto fazer esta observação porque entende que são esses ligeiros detalhes que ás vezes dão caracter e interesse a uma localidade.

O sr. Carvalheira tomando a palavra, declara ter havido essa

ideia, e que já permutára, sobre ella algumas impressões com o seu collega Victor Ribeiro, falando-se por exemplo em Valle de Lobos, em S. Miguel de Seide e no tumulo do romancista inglez *Fielding*. Um inventario feito assim seria um interessantissimo repositorio de tradições poeticas, literarias e archeologicas.

O sr. Victor Ribeiro agradecendo ao sr. Pessanha as referencias amaveis que lhe fizera, folga por ver que assim se vão colhendo informações para engrossar a base da these que deante da commissão organisadora do Congresso já foi levemente esboçada e termina solicitando mais uma vez a todos a sua cooperação.

Seguidamente pede a palavra o sr. Visconde da Torre da Murta que propõe se lance na acta um voto de sentimento pela morte do sr Duque de Loulé, nosso consocio desde 1871, propondo em aditamento o sr. Presidente que de tal voto se dê conhecimento á filha do extincto a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Domingas de Mendonça.

O sr. José Queiroz solicita identicamente um voto de sentimento pelo falecimento do insigne actor Francisco Alves da Silva Taborda, communicando-se tal resolução á familia do finado.

Passa-se em seguida á eleição da Commissão Revisora de Contas que ficou constituida pelos dignos socios:

João Rodrigues Fernandes,

Sebastião da Silva Leal,

Eduardo Augusto da Rocha Dias.

Ultimada a ordem da noite o sr. Presidente faz notar á assembleia que se está tratando de erigir um monumento a Alexandre Herculano por iniciativa municipal. Para a realisação dessa proposta feita pelo vereador o sr. Agostinho Fortes, grangearam-se elementos de varia côr politica e de reconhecido valimento. Entre os nossos consocios muitos ha que pertencem á commissão e parece-lhe-que essa seria occasião propicia para esta Associação se manifestar tambem em homenagem ao historiador. Como e de que fórma? é assumpto para estudar, no seu entender. Pensa-se em commemorar o seu centenario, que está relativamente breve, com uma grande imponencia, é mister pois que comecemos a pensar no modo como nos havemos de associar condignamente a todas essas manifestações.

O sr. Victor Ribeiro pedindo a palavra, entende que a Associação tem mais do que oportunidade, tem restricta obrigação de se ma-

nifestar e cooperar quanto puder para que esse centenário atinja o maximo brilhantismo.

Seguidamente pede a palavra o sr. Ména Junior para apresentar um alvitre, em nome do sr. Dr. Sousa Viterbo, qual é a distribuição de uma circular aos parochos, pedindo informações sobre os quadros, lapides, alfaias, grades, pavimentos, obras de talha, etc., que haja nas igrejas a seu cargo.

O sr. Presidente declara achar excellente a ideia do seu illustre consocio, mas crê que ella seja de difficil realisação e mesmo de problematica utilidade e em seguida trocam-se impressões entre os srs. Julio Ferreira, D. José Pessanha e o signatario desta sobre as difficuldades de obter informações dos parochos e sobre a melhor maneira de se proceder a um inventario nestas condições.

O sr. D. José Pessanha pede em seguida se mencione na acta que a Assembleia viu com pezar a doença do seu presidente e que faz sinceros votos pelas suas melhoras.—Foi approvada. Depois o sr. Presidente voltando ainda a falar sobre a inventariação das nossas preciosidades communica á Assembleia a dolorosa impressão que recebeu ao realisar uma visita ao palacio dos Patriarchas em Santo Antão do Tojal, curioso especimen da pesada architectura do tempo de D. João v, as paredes cobertas de coiros prensados e dourados de prata e ouro, offerecem um lamentavel aspecto assim como uma grande porção de moveis preciosos partidos e deteriorados pelo abandono. Em sua opinião seria curioso uma visita mais demorada áquella residencia feita em passeio por todos os socios que desejassem examinar os restos dessa antiga opulencia, sendo muito para lamentar que os moveis e os tecidos não tenham sido ainda recolhidos ao museu nacional.

Trocam-se ainda na Assembleia, algumas impressões sobre a necessidade da melhor installação desse museu que ficaria maravilhosamente albergado no palacio de Queluz e sobre a influencia de El-Rei D. Fernando no desenvolvimento do gosto pela arte em Portugal e seguidamente, não havendo mais assumptos a tratar foi encerrada a sessão ás 11 horas e meia da noite.

O Secretario

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

MUSEU DO CARMO

Campa sepulchral, que veio de Setubal, offerecida pelo sr. José Eduardo Ahrens.

Tem a inscripção:

S.

de André Velho Freire. comenda

de Christo e de Dona Felipa

de Paredes Lasso. Sua mulher. fundã

dores deste Collegio. 1663.

Refere-se ao collegio da Companhia de Jesus, sito no largo ou praça de Palhaes. Os padres tinham ahi aulas de ler, escrever, latim, etc. O collegio ficou arruinado em parte pelo terremoto de 1755. O actual proprietario, Ahrens, fazendo agora ahi obras encontrou a pedra, que offereceu generosamente ao Museu do Carmo, com porte pago até á estação do Terreiro do Paço.

A pedra tem 1,^m18×0,40. Está partida quasi a meio, fractura antiga, que não prejudica o letreiro.

Pedras que vieram da Ordem Terceira de S. Francisco:

1.^a—1,^m53×1,^m34. Armas reaes sobre dois grandes braços *vestidos*, em volta ó cordão franciscano. O que é vulgar é estar nú um dos braços: nú o de Christo, vestido o de S. Francisco de Assis; aqui estão os dois vestidos.

2.^a—1,^m05×0,^m80. Brazão, da Ordem Terceira Bipartido: armas reaes e chaga. Corôa d'espinhos e cruz, com o letreiro. *Pœnitentium tertius sexum capit utrumque*. Estão bem conservadas.

GABRIEL PEREIRA.

ACTA N.º 39

Sessão de Assembleia Geral de 3 de Junho de 1909.

Presidente—Rozendo Carvalheira.

Secretarios { Mattos Sequeira.
Costa Campos, vice-secretario.

Foi aberta a sessão ás 9 horas e dez minutos da noite, estando presentes além da mèsã, os dignos socios srs. Victor Ribeiro, Felix da Costa, D. José Pessanha, Cunha Brandão, José Alexandre Soares, Ernesto da Silva, José Queiroz, Rocha Dias, Visconde da Torre da Murta, Julio A. Ferreira, Soares O'Sulivand, Dr. Arthur Lamas, Silva Leal, Jesuino Arthur Ganhado, Jordão de Freitas, Ferreira da Costa, Mêna Junior, Adães Bermudes e Rodrigues Fernandes e depois de lida pelo sr. vice-presidente uma carta do sr. Presidente communicando não poder comparecer pelo sêu mau estado de saude, pelo que foi lançado na acta um voto de sentimento, passou-se á leitura da acta, que foi approvada.

Seguidamente pediu a palavra o sr. D. José Pessanha, e leu uma rectificação a uma acta anterior, com referencia a umas suas apreciações, por elle feitas, ácerca da fachada do edificio do nosso museu, sendo resolvido pela Assembleia fosse tal declaração publicada no Boletim. (1)

Sua Ex.^a o sr. Presidente tomando a palavra declara á Assembleia que entende que antes mesmo do expediente, deseja que esta Associação preste a devida e justa homenagem á memoria do fallecido Rocha Peixoto, cuja devoção ao trabalho e cujo amor á archeologia foram notorios. O desapparecimento duma entidade desta envergadura e deste valor, deve registrar-se sempre com profundo pezar. Sua Ex.^a acaba por propor na acta um voto de sentimento, dando-se de tal facto conhecimento á Camara Municipal da Povia de Varzim.

Foi approvedo por unanimidade.

O expediente que se leu em seguida constou dos documentos seguintes:

(1) Veja n.º 10, pag. 708 e 709.

1.º—Uma carta do Ex.^{mo} Sr. Pereira e Cunha, juiz dos Tribunaes mixtos do Egypto, explicando a demora havida em acusar o recebimento do officio que esta Associação lhe enviára, convidando-o a ser nosso representante no Congresso de Archeologia do Cairo, pela razão de se não achar nesta cidade, para onde tal convite fôra dirigido, mas sim em Alexandria, e enviando inclusamente um officio e a carta que junto fôra explicando o nosso procedimento, subscripta pelo nosso digno consocio sr. Mendes Guerreiro. Sobre este assumpto dá algumas explicações á Assembleia o signatario desta, com referencia ao lapso havido no endereço do officio e o sr. Presidente faz notar com satisfação os termos gentilmente amaveis da carta recebida onde o sr. Pereira e Cunha declara sentir bastante não poder encarregar-se dessa representação.

2.º—Officio da Ex.^{ma} S.^a D. Maria Domingas de Mendonça, agradecendo a esta Associação o voto de sentimento exarado na acta da ultima sessão pelo falecimento de seu pae o sr. Duque de Loulé.

3.º—Circular convite dos corpos gerentes do Congresso Municipalista, solicitando a comparencia de um representante nosso á 1.^a sessão do Congresso. Sobre este convite, elucidou a Assembleia o secretario signatario desta, declarando não se ter effectuado tal representação por não ter chegado a tempo o convite, tendo-se entretanto agradecido a attenção do Congresso.

4.º—Officio do sr. Lambertini Pinto agradecendo e acusando a recepção das 5 quotas das 5 libras com que esta Associação contribuiu para a subscripção destinada á cunhagem de uma medalha commemorativa em homenagem ao nosso glorioso compatriota Alfredo de Andrade e communicando as justas manifestações de apreço que lhe tem sido feitas, e que ainda se lhe preparam.

5.º—Officios da Inspecção Geral dos Edificios Publicos, e da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, convidando-nos a enviar um nosso representante ou delegado para fazer parte da commissão nomeada, para dar o seu parecer ácerca dos processos de construcção a adoptar nas regiões sujeitas a abalos de terra.

O signatario desta acta, declarou á Assembleia, ter a mês resolvido responder ás entidades officiaes que se nos dirigiram nesse sentido, communicando ter sido o sr. Alfredo Maria da Costa Campos o socio nomeado para fazer parte dessa commissão.

6.º—Officio da Companhia Fabril Singer, enviando á nossa Bi-

bliotheca um exemplar da «Historia da Construcção do Edificio Singer» em Nova York, dada esta que devidamente se agradeceu accusando a sua recepção.

7.º—Officio do Presidente da Camara Municipal da Povia de Varzim, convidando a Associação a fazer-se representar na homenagem prestada á memoria do falecido archeologo Rocha Peixoto, na trasladação do seu corpo para aquella villa.

O signatario desta communicou, sobre este assumpto, á Assembleia, não se ter podido realizar essa representação, por o telegramma que se redigira nesse sentido ao sr. Presidente da Camara, não ter podido ir a tempo, agradecendo-se e explicando-se depois, num officio posterior, essa attenção do municipio Povoense.

8.º—Officio da Direcção Geral de Instrucção Publica convidando-nos a enviar um dos nossos socios a ir representar o governo sem encargos para o mesmo, no Congresso de Prehistoria que vae realizar-se em Beauvais de 20 a 31 de Julho proximo.

Por ordem do Ex.^{mo} Presidente foi expedida uma circular a todos os nossos consocios communicando-lhes tal convite e rogando-lhes se dignassem participar se poderiam incumbir-se dessa representação. Leem-se em seguida as respostas negativas de alguns socios e entre ellas a do sr. Victor Ribeiro que acrescentava algumas considerações, que foram muito apreciadas pela Assembleia, sobre o modo do governo se desempenhar dessa representação.

9.º—Pedido de demissão da sua cathogoria de socios effectivos desta collectividade dos srs. Henrique Sabino dos Santos, Frederico Evaristo da Silva Gomes e Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos.—Resolveu a Assembleia enviar taes documentos ao Conselho Facultativo.

10.º—Officio do Ex.^{mo} Sr. Alvaro Nobre de Veiga, dignissimo tenente coronel commandante de artilharia n.º 8, communicando no primeiro a existencia de um brazão de armas, naquelle quartel, o qual fôra achado em umas excavações na parada do regimento, a Campolide, e no segundo a sua offerta por parte daquelle corpo, ao nosso museu.

O signatario desta declara á Assembleia, achar-se já tal brazão dentro do edificio do Carmo, prometendo para breve, a apresentação de uma noticia sobre esse objecto, como base parcial para a factura do catalogo.—A Assembleia resolveu que se agradecesse tal offerta e se lançasse na acta um voto de louvor.

11.º—Um bilhete do Ex.^{mo} Presidente da Associação, offerecendo ao museu dois medalhões em gesso, e uma esculptura em madeira que foi muito apreciada pela assistencia que approvou se lançasse na acta um voto de louvor, por essa valiosa dadiva.

12.º—Uma proposta do photographo sr. Alberto Móser para factura de bilhetes postaes com vistas do museu, como elemento de propaganda, acompanhada de duas photographias do mesmo museu.

Sobre o assumpto desta proposta tomou a palavra o sr. Carvalheira enaltecendo as vantagens pecuniarias e artisticas dessa propaganda, concluindo a Assembleia por resolver enviar tal proposta ao Conselho Facultativo.

13.º—Uma carta do sr. Sebastião Baçam offerecendo á Associação alguns numeros do *Diario de Noticias*, onde se incluem artigos seus sobre archeologia historica e manifestando o seu grande affecto sobre taes assumptos.

14.º—Um folheto intitulado «Portugal no Cabinet des Médailles de Paris» feito pelo nosso digno consocio sr. Dr. Arthur Lamas e por este senhor offerecido á Bibliotheca da Associação.—O sr. Presidente da Assembleia elogiando em seguida o offerente pelos seus dotes de trabalho e pela sua productiva erudição numismatica, a quem a Assembleia approva um voto de louvor, dá por concluido o expediente.

Seguidamente é lido o Relatorio da Commissão Revisora de Contas, pelo seu relator, o sr. Eduardo Rocha Dias, o qual é approvado depois das referencias elogiosas a esse trabalho e ao sr. Thesoureiro feitas pelo sr. Carvalheira.

Pede depois a palavra o sr. Silva Leal, que lê uma proposta firmada por sua Ex.^a e pelos dignos socios Julio A. Ferreira e João Rodrigues Fernandes, para eleição de socio effectivo do sr. Sebastião Baçam, a qual é enviada, por resolução da Assembleia ao Conselho, afim desta dar o seu parecer.

Sua Ex.^a apresenta ainda o pedido do socio correspondente em Alemquer o sr. Moisés Carmo, que deseja passar á classe de socio effectivo, assumpto sobre o qual se estabelece viva discussão na Assembleia a proposito de ser ou não legal e permittida essa mudança. Posto á votação da Assembleia se tal pedido deve ir ou não ao Conselho,

foi, por maioria, approvada a primeira resolução remettendo-se áquelle corpo administrativo para formular o seu parecer.

Findos estes assumptos tomou a palavra o sr. Carvalheira, que expõe á assembleia a acidentada Odisséa da Commissão encarregada de elaborar o novo projecto de estatutos, cuja discussão faz parte da ordem da noite, fazendo notar a existencia sobre a mêsá do contra-projecto de Mr. Elviro dos Santos, relator e presidente da Commissão, que della se desligou por divergencias havidas com os restantes membros e de que a Assembleia já, mais ou menos, está ao facto.

Sua Ex.^a declara haver dois caminhos a seguir: ou eliminar desde já o contra-projecto ou apreciar-o juntamente com o projecto elaborado pelos restantes membros da commissão, que é o official. É necessario, primeiro do que tudo, antes de irmos iniciar estes trabalhos de apresentação e discussão, certificarmo-nos se estamos em assembleia legalmente constituída para que de futuro não possam haver reclamações.

A Assembleia acorda tacitamente na legalidade da sua constituição e a seguir é dada a palavra ao sr. D. José Pessanha para a leitura do projecto, tendo a mesma Assembleia resolvido por votação eliminatória, não atender o contra-projecto senão como auxiliar da discussão do projecto official.

Finda esta leitura, o sr. Presidente depois de elogiar com inteiro assentimento da assistencia o trabalho e a competencia da Commissão que a salvo de continuas difficuldades se desempenhou dessa ardua tarefa, declara haver sobre a mêsá, varias peças e documentos annexos como elucidação ao projecto dos estatutos, entre as quaes se destaca o officio de Mr. Elviro dos Santos enviando á mêsá o seu contra-projecto.

Esse documento, porém, no seu entender, será preferivel conservar-se sobre a mêsá, onde todos o podem ler e consultar, poupando-se á Assembleia a sua leitura que poderia ir irritar os espiritos e motivar alguma discussão perigosa nesta altura de trabalhos. Demais tal documento foi largamente distribuido, por Mr. Elviro dos Santos e é conhecido por todos, diz sua Ex.^a, que conclue por pedir á Assembleia se manifeste sobre se tal officio deve ser lido ou não.

Depois da declaração do sr. Adães Bermudes, que pessoalmente dispensava essa leitura e da do sr. José Queiroz que disse, não tendo

embora conhecimento do contra-projecto, lhe não repugnava dispensal-a *identicamente*, ficou resolvido ficar sobre a mēsa o officio e outras peças annexas para quem desejasse consultal-as.

Seguidamente pediu a palavra o sr. D. José Pessanha que agradecendo primeiramente, em nome da commissão, as palavras de elogio do sr. Presidente, e o assentimento que a Assembleia lhes deu, declara não poder deixar de perguntar se entre os documentos que existem sobre a mēsa estão os documentos que serviram de base á elaboração dos Estatutos, que se achavam em poder de Mr. Elviro dos Santos, e a que este senhor se refere de um modo na apparencia menos exacto quanto á sua sumula, na capa do seu contra-projecto.

Sua Ex.^a elucidado pela mēsa de não existirem taes documentos, friza o facto de elles, pertencendo, sem duvida á Associação, estarem em podêr de um socio, privando aquelles, que proventura queiram de futuro consultal-os, de o fazer na sêde da Associação onde devem estar archivados, acabando sua Ex.^a por propor se officie áquelle nosso consocio, para na qualidade de relator, enviar aquelles documentos, e resolvendo a Assembleia, depois de algumas considerações sobre o assumpto, feitos pelos srs. Carvalheira e Adães Bermudes, que se officiasse nesse sentido áquelle senhor.

Ultimada esta materia, como ninguem pediŝse a palavra sobre as generalidades do projecto da commissão, foi este com assentimento da Assembleia, aprovado no que dizia respeito a essas generalidades.

Em seguimento desta ordem de trabalhos, pediu a palavra o signatario desta que propoz, com o fim de harmonisar algumas divergencias de opinião quanto á mudança do titulo associativo, se acrescentasse entre-parenthesis, á redação do primeiro artigo do novo estatuto em discussão, o seguinte: (Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses—Fundada em 1863).

Feita esta proposta pediu a palavra o sr. Ganhado que declara não approvar essa ou outra qualquer proposta, tendente a alterar o primitivo titulo da Associação, que muito estima e venera porque nelle incarna a pessoa do seu fundador por cuja mão entrou para socio, e cuja memoria muito respeita.—No seu entender tocar nesse titulo, adquire para elle, orador, as proporções de um sacrilegio, e só Possidonio da Silva, se fosse vivo, poderia executar tal alteração. Não impõe a sua opinião, mas deseja liberdade para formular a sua opinião

pessoal sobre o assumpto, desejando que a sua maneira de ver a questão fique bem expressa na acta.

Concedida a palavra ao sr. Adães Bermudes, este digno socio, declarando respeitar as opiniões do sr. Ganhado que coloca a questão sob um ponto de vista especial, diz ter tambem entrado por mão de Possidonio da Silva para a Associação e que tambem respeita e venéra a memoria do venerando e illustre archeologo. Ao fundar esta Associação, tinha Possidonio da Silva como principal fito, servir com ella a sciencia e o paiz, fazendo-a progredir e tornando-a util á sociedade portuguesa.

Mudando o titulo associativo não faltamos, no seu entender, ao respeito e á veneração que lhe é justamente devida, faltar-lhe-íamos, sim, trazendo para o seio desta Associação, divergencias e difficuldades.

O sr. Presidente tomando a palavra, communica á Assembléa abundar nas opiniões do sr. Bermudes, e levado pelo seu vicio, de orientar as sessões e pelo seu espirito conciliador, friza mais uma vez que nenhum dos socios teve ideia de desrespeitar, alterando o titulo, a memoria do fundador desta Associação. Acha que as intransigencias demasiadas são mais nocivas e que é justo tributar a nossa homenagem ao trabalho fatigante e difficil da commissão.

Apoz uma explicação do sr. Ganhado que mais uma vez expande a sua opinião meramente pessoal, contraria á alteração do titulo primitivo, o sr. D. José Pessanha em nome da commissão, declara manter tal como está redigido o primeiro artigo, mas que se não opõe ao aditamento proposto pelo signatario desta, abstendo-se de votar nesse sentido.

Posta á votação a proposta do aditamento do sub-titulo, ao artigo primeiro, é approvada por maioria.

Seguidamente votou-se tambem um voto de louvor á commissão dos novos Estatutos, e outro de congratulação pela recompensa do Premio Valmor, concedido neste anno ao predio do Largo do Intendente, do nosso digno e illustrado consocio Adães Bermudes, sendo ambos os votos unanimemente approvados pela Assembléa.

Em seguida foi encerrada a sessão.

Era meia noite e um quarto.

O Secretario

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

APPENSO A ACTA N.º 39

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Accusando a recepção do officio de V. Ex.^a, sob o n.º 603, agradeço, em nome da Camara, a que presido, o voto de sentimento exarado na acta da Assembleia Geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, pelo fallecimento de Rocha Peixoto, illustre filho desta terra e notavel scientista portuguez.

Digne-se pois V. Ex.^a, com os protestos da minha alta estima, transmittir aos membros dessa Real Associação, o reconhecimento desta corporação pela homenagem prestada ao seu desditoso consocio e benemerito povoense.—Deus Guarde a V. Ex.^a Povia de Varzim, 19 de Junho de 1909.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Secretario da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos—Lisboa.

O Presidente

DAVID ALVES.

 ACTA N.º 40

Sessão de Assembleia Geral de 12 de Junho de 1909.

Presidente—Sr. Conselheiro Adolpho Loureiro.

Secretarios { Mattos Sequeira.
Costa Campos, vice-secretario.

Foi aberta a sessão ás 9 horas e um quarto da noite, estando presentes, além da mesa, os dignos socios srs. D. José Pessanha, Ernesto da Silva, Jesuino Ganhado, Silva Leal, Jordão de Freitas, José Alexandre Soares, Dr. Arthur Lamas, Rocha Dias e Mêna Junior e depois de lida e approvada por unanimidade a acta da sessão anterior, passou-se á leitura do expediente que constou dos documentos seguintes:

1.º—Officio do sr. Lambertini Pinto, agradecendo a esta Associa-

ção a sua quota de 25 liras, dando conhecimento das manifestações de apreço realisadas em Italia ao nosso compatriota Alfredo de Andrade e enviando nova gravura da medalha commemorativa cunhada em sua honra.

2.^o—Uma collecção de 12 grupos de photographias da nossa colonia de Angola, reproduzindo edificios publicos, trajos, costumes, vistas panoramicas, etc., enviados a esta Associação pelo governo daquelle dominio ultramarino.

A Assembleia resolveu por unanimidade que se agradecesse tão amavel e curiosa oferta.

Seguidamente o sr. Presidente pede desculpa á Assembleia de ter faltado na sessão anterior, falta esta, devida ao seu mau estado de saude, mas com o que o andamento e a direcção dos trabalhos nada soffreram, por ter sido, como sempre, distinctamente substituido pelo sr. Carvalheira que se houve com uma imparcialidade digna de registo e de louvor.

Sua Ex.^a continuando no uso da palavra entende que a questão da alteração dos estatutos é de suma importancia.

Receando uma scisão, que certas divergencias de opinião poderia motivar, dirigiu-se a alguns dos seus consocios para os consultar sobre o assumpto e em todos encontrou a melhor boa vontade e o maior interesse pela Associação—chegou-se felizmente a um accordo e felicitase por isso, augurando uma nova era de prosperidade em que se apertem os laços de união que nos ligam, e em que se deverão encetar muitos trabalhos necessarios.

Seguidamente pediu a palavra o sr. Victor Ribeiro para se congratular pelas melhoras do Ex.^{mo} Presidente, no que é acompanhado por toda a Assembleia, aproveitando a ocasião para propor se lance na acta um voto de sentimento pela morte do illustre archeologo e ethnographo Antonio Augusto da Rocha Peixoto, lembrando tambem á Assembleia se obtenha a gravura do bello retrato deste prestimoso compatriota que veio publicado na revista illustrada «*O Occidente*».

Foi approvedo o voto de sentimento, deliberando a Assembleia que se communicasse tal resolução á Camara Municipal da Povia de Varzim que teve a amabilidade de nos convidar a representarmos na trasladação dos restos mortaes do extincto.

Pede depois a palavra o sr. Carvalheira para declarar á Assembleia que a commissão encarregada pelo Ministerio das Obras Publicas de fazer um estudo e um orçamento das obras a executar na sede da Associação já apresentou os seus trabalhos, diligenciando com uma actividade digna de elogio, concluil-os rapida e perfeitamente.

Como elucidação a este assumpto declara tambem o sr. Soares que o orçamento já fôra enviado ás instancias superiores, continuando o sr. Carvalheira, fazendo diversas considerações ácerca do bom caminho que tal assumpto tem levado devido ás boas diligencias do sr. Loureiro, nosso digno presidente e á boa orientação da commissão.

Sua Ex.^a fala ainda ácerca do estado desgraçado dos nossos monumentos publicos e das diligencias empregadas pelo Ex.^{mo} Presidente para os preservar dos continuos vandalismos a que estão expostos.

O sr. Conselheiro Loureiro tomando a palavra, elucida a Assembleia ainda sobre o assumpto das obras a effectuar na séde da Associação, pondo em fóco a boa vontade e os serviços valiosos prestados pelo sr. Soares. Os seus serviços, parecem-lhe ser insignificantes e estarem dentro do que lhe cumpria fazer como presidente. Com referencia ao abandonø da memoria do Terreiro do Paço e da estatua de Camões, foi-lhe prometido pela direcção das Obras Publicas, uma ordem para a sua *limpeza* immediata, communicando á Assembleia tencionar novamente falar ao sr. Governador Civil sobre o policiamento dos mesmos monumentos.

O sr. Alexandre Soares agradece as referencias elogiosas do sr. Presidente, ao seu modesto e pequeno trabalho.

Em seguida o sr. D. José Pessanha pede a palavra para justificar a ausencia do nosso digno consocio José Queiroz, declarando o sr. Presidente ter-lhe feito igual pedido o nosso consocio sr. Rodrigues Fernandes, e o sr. Soares, ter-lhe sido solicitado o mesmo pelo sr. Adães Bermudes.

Seguidamente o sr. Ganhado pede á Assembleia, para retirar-se, obrigado por uma commissão de serviço publico, depois do que o sr. vice-secretario Costa Campos iniciou a leitura para discussão do novo projecto de estatutos.

Cerca da meia noite foi, pelo sr. vice-Presidente Rosendo Carvalheira, encerrada a sessão, depois de discutidos todos os artigos dos Estatutos, e de se ter dado um voto de confiança á commissão para fazer as alterações que se tinham proposto e approvedo e redigir os

artigos alterados como julgasse melhor, no sentido em que a Assembleia os tinha orientado.

O Secretario

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

ACTA N.º 41

Sessão da Assembleia Geral de 15 de Julho de 1909.

Presidente— Conselheiro Adolpho Loureiro.

Secretario— Gustavo de Mattos Sequeira.

Vice-Secretario— Antonio Cesar Mena Junior.

Foi aberta a sessão ás 9 horas da noite, estando presentes além da mesa, os dignos socios srs. D. José Pessanha, A. R. Adães Bermudes, Dr. Arthur Lamas, Eduardo da Rocha Dias, J. Rodrigues Fernandes, Ernesto da Silva e Sebastião da Silva Leal e depois de lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se á leitura do expediente que constou dos seguintes documentos:

1.º—Diferentes cartas respondendo á circular enviada aos socios e correspondentes, convidando-os a representar a nossa Associação no Congresso de Beauvais.

2.º—Um officio da Camara Municipal de Villa Nova de Gaia, solicitando, para a sua bibliotheca o nosso Boletim.

Sobre os primeiros documentos, o signatario desta acta communicou á Assembleia serem todos elles identicos na recusa á representação no Congresso, cumprindo-lhe porém especialisar entre essas respostas a do nosso digno e illustre consocio sr. Thomaz Pires que conjunctamente enviara para a Bibliotheca da Associação, uma collecção de autographos muito interessante, que a Assembleia, resolveu enviar á redacção do Boletim, afim de ahi serem publicados, agradecendo-se ao offerente tão preciosa dadiua.

Sobre o officio do Municipio de Gaia ficou tambem resolvido, officiar-se enviando os ultimos numeros do Boletim.

Seguidamente o sr. Conselheiro Loureiro propoz á Assembleia um voto de sentimento pela morte do socio sr. Marques Pereira, publicista distincto e autor de valiosos trabalhos sobre o Extremo Oriente e igualmente são approvados identicos votos pelo falecimento dos nossos consocios Betamio de Almeida e Mario Pereira Brandão.

Sua Ex.^a o sr. Presidente aproveita a occasião para frizar a Assembleia, o facto do sr. Marques Pereira, ter sido encarregado da factura do elogio do finado Conde de S. Januario, parecendo-lhe por isso necessario, logo que tal se torne mister, incumbir outro socio desse trabalho.

Continuando no uso da palavra o sr. Presidente declara á Assembleia ter empregado as diligencias possiveis para conseguir que a Inspeção Geral dos Telefones mande tirar os grampos que estão fixados nas ruinas do Museu, para o que foi expedido um officio áquelle inspector. Egualmente communica o bom andamento que tem levado o momentoso assumpto das obras de reparação a efectuar nas mesmas ruinas, sendo possivel que dentro em pouco se iniciem os trabalhos.

Seguidamente pediu a palavra o digno socio sr. D. José Pessanha, que faz em breves palavras o elogio do seu finado consocio Marques Pereira. Depois de justificar a ausencia do digno socio sr. José Alexandre Soares, ausente por motivo de serviço publico, chama a attenção da Assembleia, para uma noticia inserta no *Diario de Noticias* de 1 de Julho proximo passado em que se acusa ao publico um vandalismo que se perpetrou num dos arcos do claustro do Mosteiro de Alcobaça, que se está demolindo para a construcção de uma escada de serviço inutil e incaracteristico. No seu entender torna-se mister que esta Associação providencie officinando ao Conselho superior dos Monumentos Nacionaes, a ver se é ainda possivel evitar esse ou outro maior atentado contra um dos mais bellos claustros portuguezes.

Sobre este assumpto tomou a palavra o sr. Bermudes que foi quem deu o signal de alarme contra este vandalismo dirigindo uma excursão da Academia de Estudos Livres a Alcobaça, excursão esta que motivou a local do *Diario de Noticias*.

Sua Ex.^a faz differentes considerações sobre este assumpto aplau-

dindo a ideia do sr. Pessanha e approvando a sua proposta no que foi seguido de toda a Assembleia.

Continuando no uso da palavra, o sr. D. José Pessanha propõe tambem que esta Associação officie á Academia de Bellas Artes, congratulando-se pela benemerita representação por ella elaborada e dirigida ao Governo, em que se propoem differentes medidas tendentes a assegurar a conservação de alguns exemplares raros de pinturas primitivas de existentes, e a modificar as condições do Edificio de modo a adaptal-o melhor ao seu fim. Foi approvada esta proposta, assim como outra, por este mesmo socio formulada, que constava em manifestar esta Associação á Camara Municipal de Lisboa, e ao illustre vereador Thomaz Cabreira, o seu aplauso á proposta, ali feita e approvada, da criação de um Museu Historico da Cidade de Lisboa, para cuja commissão instaladora se faz menção de um delegado desta collectividade.

Sua Ex.^a chama ainda a attenção da Assembleia para o importante monumento prehistorico de character funerario, descoberto cerca de Torres Vedras, lembrando que seria talvez conveniente interferirmos de qualquer fórma no assumpto, por meio de uma representação ao governo, ou por outro qualquer modo, finalizando as suas palavras por offerecer á Assembleia um exemplar da sua dissertação de curso á Academia de Bellas Artes.

Sua Ex.^a o sr. Presidente agradecendo em nome da mesa a offerta do sr. D. José Pessanha, elogia-o como merece e seguidamente, depois de approvado um voto de sentimento pela morte da mãe do nosso digno consocio Mendes Guerreiro, proposto pelo sr. Rocha Dias, e do sr. Dr. Arthur Lamas offerecer em nome do sr. José Maria do Carmo Nazareth, de Nova Gôa, uma collecção de fotografias daquella colonia, que a Assembleia decidiu agradecer devidamente, passou-se á leitura final do projecto de Estatutos que depois de ligeira discussão foram approvados, ficando a mesa incumbida de promover a sua approvação no Governo Civil.

Ás onze horas e um quarto da noite encerrou-se a sessão.

O Secretario

GUSTAVO DE MATTOS SEQUEIRA.